ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA
"FAZENDO A DIFERENÇA"
ADM 2021 – 2024

CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE TUPIRAMA

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA
"FAZENDO A DIFERENÇA"
ADM 2021 – 2024

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO PROJETO DE LEI

Mensagem / Justificativa do Projeto		
Índice Sistemático		
LIVRO I	DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES	Art. 1º a 5º
TÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	
TÍTULO II	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	
CAPÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	Art. 6º
CAPÍTULO II	LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR	Art. 7º
CAPÍTULO III	DA ARRECADAÇÃO	Art. 8º a 20
CAPÍTULO IV	DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO	Art. 21 a 23
TÍTULO III	IMPOSTOS	
CAPÍTULO I	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIALURBANA	
Seção I	Fato Gerador e Incidência	Art. 24 a 30
Seção II	Da Inscrição	Art. 31
Seção III	Lançamento	Art. 32 a 34
Seção IV	Base de Cálculo e da Alíquota	Art. 35 a 50
Seção V	Das Isenções	Art. 51
CAPÍTULO II	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	
Seção I	Fato Gerador e Incidência	Art. 52 a 53
Seção II	Da Não Incidência	Art. 54
Seção III	Base de Cálculo	Art. 55 a 61
Seção IV	Alíquota	Art. 62
Seção V	Da Estimativa	Art. 63 a 67
Seção VI	Do Arbitramento	Art. 68
Seção VII	Sujeito Passivo	Art. 69

Seção VIII	Disposições Gerais	Art. 70 a 77
Seção IX	Responsabilidade Tributária	Art. 78 a 81
Seção X	Lançamento e Recolhimento	Art. 82 a 84
Seção XI	Da Escrituração Fiscal	Art. 85 a 86
Seção XII	Do Procedimento Fiscal Relativo ao Imposto Sobre Serviços	Art. 87
Seção XIII	Da Retenção do ISS	Art. 88 a 90
Seção XIV	Da Inscrição no Cadastro Econômico Fiscal	Art. 91 a 95
Seção XV	Do Pagamento	Art. 96 a 99
Seção XVI	Infrações e Penalidades	Art. 100 a 101
CAPÍTULO III	IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS – ITBI	
Seção I	Do fato gerador e incidência	Art. 102 a 107
Seção II	Base de Cálculo, Alíquota e Sujeito Passivo	Art. 108 a 112
Seção III	Recolhimento	Art. 113 a 115
Seção IV	Obrigações dos Notários e dos Oficiais de Registros de Imóveis e de seus Prepostos	Art. 116
TÍTULO IV	TAXAS	
CAPÍTULO I	DAS TAXA DE LICENÇAS	
Seção I	Fato Gerador e Incidência	Art. 117 a 133
Seção II	Sujeito Passivo	Art. 134
Seção III	Base de Cálculo, Alíquota, Lançamento e Recolhimento	Art. 135 a 139
Seção IV	Isenções	Art. 140

Seção III	Infrações e penalidades	Art. 142
CAPÍTULO II	DAS TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS	
Seção I	Fato Gerador e Incidência	Art. 143
Seção II	Sujeito passivo	Art. 144
Seção III	Base de Cálculo e alíquota	Art. 145
Seção IV	Lançamento e Base de Cálculo	Art. 146
Seção V	Arrecadação	Art. 147
CAPÍTULO III	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	
Seção I	Contribuição de Melhoria	Art. 148 a 152
Seção II	Contribuição de Iluminação Pública	Art. 153 a 166
LIVRO II	PARTE GERAL	
TÍTULO I	DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	
CAPÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	Art. 167
CAPÍTULO II	DA APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	Art. 168 a 170
CAPÍTULO III	DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	Art. 171 a 173
TÍTULO II	DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	
CAPÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	Art. 174 a 176
CAPÍTULO II	DO FATO GERADOR	Art. 177 a 180
CAPÍTULO III	DO SUJEITO ATIVO	Art. 181
CAPÍTULO IV	SUJEITO PASSIVO	Art. 182 a 184
CAPÍTULO V	OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	
Seção Única	DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRO FISCAL	
Subseção I	Disposições Gerais	Art. 186 e 186
Subseção II	Cadastro Imobiliário	Art. 187 a 195

Subseção III	Cadastro de Atividades Econômicas	Art. 196 a Art. 203
Subseção IV	Cadastro Sanitário	Art. 204 a 206
Subseção V	Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiros	Art. 207 a 212
Subseção VI	Cadastro de Ambulante, Eventual e de Feirante	Art. 213 a 219
Subseção VII	Cadastro de Obra	Art. 220 a 225
Subseção VIII	Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos	Art. 226 a 231
Subseção IX	Atualização do Cadastro Fiscal	Art. 232 a 236
CAPÍTULO VI	DOCUMENTAÇÃO FISCAL	
Seção I	Disposições Gerais	Art. 237 a 242
Seção II	Livros Fiscais	
Subseção I	Livro de Registro de Prestação de Serviço	Art. 243
Subseção II	Livro de Registro de Serviço de Hospedagem	Art. 244
Subseção III	Autenticação de Livro Fiscal	Art. 245 a 246
Subseção IV	Escrituração de Livro Fiscal	Art. 247
Subseção V	Extravio e Inutilização de Livro Fiscal	Art. 248
Subseção VI	Disposições Finais	Art. 249
Seção III		
Subseção I	Disposições Gerais	Art. 251
Subseção II	Autorização para Impressão de Documentos Fiscais – AIDF Eletrônico	Art. 252 a 255
Subseção III	Emissão de Nota Fiscal eletrônica	Art. 256
Subseção X	Regime Especial de Emissão de Nota Fiscal - Eletrônica	Art. 257 a 258

Subseção XII	Disposições Finais	Art. 257 a 264
Seção IV	Declarações Fiscais	
Subseção I	Disposições Gerais	Art. 265
Subseção II	Declaração Mensal de Serviço Prestado	Art. 266
Subseção III	Declaração Mensal de Serviço Tomado	Art. 267
Subseção IV	Declaração Mensal de Serviço com ISS Retido	Art. 268
Subseção V	Declaração Mensal de Instituição Financeira	Art. 269
Subseção VI	Declaração Mensal de Correio e de Telégrafo	Art. 270
Subseção VII	Disposições Finais	Art. 271 a 273
CAPÍTULO VII	DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA	Art. 274
CAPÍTULO VIII	DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	Art. 275
CAPÍTULO IX	DA SOLIDARIEDADE	Art. 276 e 277
CAPÍTULO X	DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	
Seção I	Disposições Gerais	Art. 278
Seção II	Da Responsabilidade dos Sucessores	Art. 279 a 283
Seção III	Da Responsabilidade de Terceiros	Art. 284 e 285
Seção IV	Da Responsabilidade por Infrações	Art. 286 e 287
TÍTULO III	DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
CAPÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	Art. 288 a 301
CAPÍTULO II	DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBTÁRIO	
Seção I	Lançamento	Art. 302 a 309
Seção II	Das Modalidades de Lançamento	Art. 310 a 315
CAPÍTULO III	DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
Seção I	Disposições Gerais	Art. 317

Seção II	Do Pagamento e da Restituição	Art. 318 a 335
Seção III	Da Remissão	Art. 336
Seção IV	Da Prescrição e da Decadência	Art. 337 a 340
CAPÍTULO IV	DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
Seção I	Disposições Gerais	Art. 341
Seção II	Da Isenção	Art. 342 a 345
Seção III	Da Anistia	Art. 346 e 347
TÍTULO IV	PENALIDADES, INFRAÇÕES E SANÇÕES	
CAPÍTULO I	INFRAÇÕES	Art. 348 a 358
CAPÍTULO II	DAS PENALIDADES	Art. 359 a 362
Seção I	Multas	Art. 363 a 365
Seção II	Proibição de Transacionar com os Órgãos Integrantes da Administração Direta e Indireta do Município	Art. 366
Seção III	Suspensão ou Cancelamento de Benefícios	Art. 367
Seção IV	Sujeição a Regime Especial de Fiscalização	Art. 367 a 372
CAPÍTULO III	PENALIDADES FUNCIONAIS	Art. 373 a 375
TÍTULO V	PROCESSO FISCAL	
CAPÍTULO I	PROCEDIMENTO FISCAL	Art. 376 a 377
Seção I	Apreensão	Art. 378 a 383
Seção II	Arbitramento	Art. 384 a 387
Seção III	Diligência	Art. 388
Seção IV	Estimativa	Art. 389 a 393

Seção V	Homologação	Art. 394
Seção VI	Inspeção	Art. 395 a 396
Seção VII	Interdição	Art. 397 a 398
Seção VIII	Levantamento	Art. 399
Seção IX	Plantão	Art. 400
Seção X	Representação	Art. 401 e 402
Seção XI	Autos e Termos de Fiscalização	Art. 403 a 405
CAPÍTULO II	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	
Seção I	Disposições Gerais	Art. 406
Seção II	Postulantes	Art. 407 e 408
Seção III	Prazos	Art. 409
Seção IV	Petição	Art. 410
Seção V	Instauração e Instrução	Art. 411 a 413
Seção VI	Nulidades	Art. 414 e 415
CAPÍTULO III	PROCESSO CONTENCIOSO FISCAL	
Seção I	Litígio Tributário	Art. 416
Seção II	Defesa	Art. 417
Seção III	Contestação	Art. 418
Seção IV	Competência	Art. 419
Seção V	Julgamento em Primeira Instância	Art. 420 a 426
Seção VI	Recurso Voluntário para a Segunda Instância	Art. 427 e 428
Seção VII	Recurso de Ofício para a Segunda Instância	Art. 429 e 430
Seção VIII	Julgamento em Segunda Instância	Art. 431 a 435

Seção IX	Do Resultado do Julgamento em Segunda Instância	Art. 436 e 437
Seção X	Eficácia da Decisão Fiscal	Art. 438 e 439
Seção XI	Execução da Decisão Fiscal	Art. 440
CAPÍTULO IV	PROCESSO NORMATIVO	
Seção I	Consulta	Art. 441 a 446
Seção II	Procedimento Normativo	Art. 447 a 449
CAPÍTULO V	CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES	
Seção I	Composição	Art. 450 a 453
Seção II	Competência	Art. 454 a 457
Seção III	Disposições Gerais	Art. 458 a 460
TÍTULO VI	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	
CAPÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	Art. 451 a 469
CAPÍTULO II	DÍVIDA ATIVA	Art. 470 a 480
CAPÍTULO III	CERTIDÕES NEGATIVAS	Art. 481 a 488
CAPÍTULO IV	EXECUÇÃO FISCAL	Art. 489 a 496
CAPÍTULO V	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS	
Seção I	Disposições Gerais	Art. 497
Seção II	Preferências	Art. 498 a 504
TÍTULO VII	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	Art. 505 a 526
	ANEXOS DESTA LEI	

LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2022 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, AS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE TUPIRAMA-TO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUPIRAMA, Estado do Tocantins, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE TUPIRAMA, Estado do Tocantins, aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

LIVRO PRIMEIRO

DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente Lei institui o sistema tributário do Município de Tupirama-TO, estabelece normas complementares de Direito Tributário a ele relativas e disciplina as atividades tributárias do fisco Municipal.

Art. 2º O Sistema Tributário Municipal é regido:

I - Pela Constituição Federal nos artigos de 84 – ITR, 156 ISS - IPTU, 182 IPTU – progressivo;

II – Pelo Código Tributário Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

III – Pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere a renúncia de receita artigo 14 da Lei 101 de 04 de maio de 2000; Lei Complementar Federal nº 157, de 29 dezembro de 2016, dispõe normas sobre o ISS dos Cartões de Crédito, proíbe Isenções para Incentivos Fiscais.

IV – Pelas demais Leis Complementares Federais, instituidoras de normas gerais do direito tributário, desde que, estejam dispostos nos preceitos do § 5º do artigo 34 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, compatíveis com o novo Sistema Tributário Nacional;

I – As Leis e os Convênios com a Receita Federal no que refere ao ITR – Imposto Territorial Rural, a Lei Complementar nº 123/06 SIMPLES NACIONAL, e suas alterações, Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, Lei Complementar nº 133, de 28 de dezembro de 2009, Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Lei Complementar nº 154, de 18 de abril de 2016 e Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, Instrução Normativa 1.640/2016; VI – Pelas resoluções do Senado Federal;

VII – Pelas leis ordinárias federais, pela Constituição Estadual e pelas leis complementares e ordinárias estaduais, nos limites das respectivas competências;

VIII – Pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

I – A denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II – A destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 5º Os tributos são impostos, taxas e contribuições.

LIVRO PRIMEIRO
PARTE ESPECIAL – DOS TRIBUTOS

Art. 6º Ficam instituídos os seguintes tributos:

I – Impostos:

a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

b) Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI;

c) Imposto sobre Serviços - ISS;

II – Taxas de Licença - TL;

III – Contribuição de Melhoria.

TÍTULO I
DOS IMPOSTOS
CAPÍTULO I
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
SEÇÃO I
HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 7º A hipótese de incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a propriedade urbana, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, localizado no Município.

Parágrafo único. O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro do exercício vigente.

Art. 8º Para os efeitos desse Imposto, considera-se zona urbana a definida e delimitada em Lei Municipal onde existam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – Abastecimento de água;

III – Sistema de esgotos sanitários;

IV – Escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros imóveis considerado.

§ 1º. Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, definidas e delimitadas em Lei Municipal, constantes de Loteamentos aprovados pela Prefeitura e destinados à habitação, indústria ou comércio, mesmo que localizados fora da zona definida nos termos do caput deste Artigo.

§ 2º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre o imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção se destine a comércio.

Art. 9º O bem imóvel, para os efeitos desse Imposto, será classificado como não edificado ou edificado.

§ 1º. Considera-se não edificado o bem imóvel:

I – Em que houver construção paralisada ou em andamento;

II – Em que houver edificação interditada, condenada, em ruínas ou em demolição;

III – Cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, o que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º. Considera-se edificado o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendido nas situações do Parágrafo anterior.

Art. 10 - A incidência do Imposto independe:

I – Da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel;

II – Do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;

III – Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 11 Contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do bem imóvel.

§ 1º. Conhecido o proprietário, a ele dar-se-á preferência nas condições de sujeito passivo.

§ 2º. Tratando-se de imóvel foreiro o sujeito passivo será o titular do domínio útil.

§ 3º. Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de ser imune ao Imposto, dele estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel, seja cessionário, posseiro, comodatário ou ocupante a qualquer título.

§ 4º. O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direitos reais sobre imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeitos passivos da obrigação tributária.

§ 5º. Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores; para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 6º. Os imóveis pertencentes a espólio cujo inventário esteja sobrestado serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 7º. O lançamento de imóvel pertencente às massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou as notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e os endereços nos registros.

Art. 12 Quando o adquirente do domínio útil ou da propriedade de bem imóvel já lançado for pessoa imune ou isenta, vencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao Imposto, respondendo por elas o alienante, ressalvado o disposto no inciso II do Artigo 21.

SEÇÃO III
BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 13 A base de cálculo do Imposto é o valor venal do bem imóvel, excluídos o valor dos bens móveis nele mantidos, em caráter permanente ou temporário, para efeito de utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 14 O valor venal do bem imóvel será conhecido:

I – Tratando-se de imóvel construído, pela multiplicação do valor de metro quadrado de cada tipo de edificação, aplicados os fatores corretivos do estado de conservação, pela metragem da construção, somado o resultado ao valor

do terreno, observadas as plantas de valores anexas a esta Lei e conforme regulamento;

II – Tratando-se de imóvel não construído, levando-se em consideração as suas medidas, aplicados os fatores corretivos, observada a planta de valores de terreno anexa a esta Lei e conforme regulamento.

Parágrafo único. Quando em um mesmo imóvel houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno, conforme a fórmula:

$FI - \frac{T \times U}{C}$
onde:

FI = fração ideal

T = área total do terreno

U = área da unidade autônoma edificada

C = área total construída

Art. 15 A atualização do valor venal dos imóveis, sempre que necessária, se dará através de Lei, levando-se em conta os equipamentos urbanos e as melhorias decorrentes de obras públicas recebidas pela área onde se localizem, bem como os preços correntes no mercado.

Parágrafo único. Quando não forem objeto de atualização prevista no caput, os valores venais dos imóveis serão obrigatoriamente atualizados pelo Poder Executivo, com base nos índices oficiais de correção monetária que demonstre o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, ou quaisquer outros que vierem substituí-los.

Art. 16 No cálculo do Imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel obedecerá a seguinte tabela:

IMÓVEIS COM CONSTRUÇÃO

VALOR VENAL	ALÍQUOTAS	
	RESIDENCIAL	COMERCIAL
Até R$ 60.000,00	1,00 %	1,50 %
Acima de R$ 60.000,00 até R$ 120.000,00	1,50 %	2,00 %
Acima de R$ 120.000,00 até R$ 240.000,00	2,00 %	2,00 %
Acima de R$ 240.000,00	2,50 %	2,50%

IMÓVEIS SEM CONSTRUÇÃO

VALOR VENAL	ALÍQUOTAS	
	RESIDENCIAL	NÃO RESIDENCIAL
Até R$ 60.000,00	1,50 %	2,00 %
Acima de R$ 60.000,00 até R$ 120.000,00	2,00 %	2,5 %
Acima de R$ 120.000,00 até R$ 240.000,00	2,50 %	2,50 %
acima de R$ 240.000,00	3,00%	3,00 %

Parágrafo Único O imóvel sem construção e com muro terá uma redução no pagamento do imposto em 20% de desconto, após a apuração do imposto.

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 17 O lançamento do Imposto, a ser feito pela autoridade administrativa, será anual e distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, levando-se em conta a sua situação à época da ocorrência do fato gerador, e reger-se-á pela Lei então vigente, da época do fato gerador, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Art. 18 Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto,

o valor venal do imóvel será arbitrado pelo titular da Fazenda Municipal e o Tributo lançado com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista no Artigo 24 ou no Artigo 25.

Art. 19 O lançamento do Imposto não implica reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 20 O Imposto será pago de uma só vez ou parceladamente, na forma e prazos definidos em Regulamento.

§ 1º O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única e em até 03 (três) parcelas, dependendo de sua situação fiscal, gozará de desconto a ser fixado anualmente pelo Poder Executivo.

§ 2º O pagamento das parcelas vincendas só poderá ser efetuado após o recolhimento das parcelas vencidas.

SEÇÃO VI
ISENÇÕES

Art. 21 Fica isento do imposto o bem imóvel:

I – Pertencente a particular, quanto à fração cedida gratuitamente para uso do Município ou de suas autarquias ou fundações;

II – Declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

III – Pertencentes a aposentados, pensionistas, viúvas, viúvos e deficientes físicos, cuja renda seja até um salário mínimo e que possuam apenas um imóvel.

IV - Templos Religiosos.

§ 1º As isenções previstas nos incisos I, III e IV só serão efetivadas mediante requerimento fundamentado do interessado, que deverá apresentá-lo até a data do vencimento do tributo.

§ 2º A permissão para fracionamento a que se refere o inciso I não se estende a quaisquer a terceiros outras hipóteses.

§ 3º Ficam expressamente revogadas quaisquer outras isenções concedidas anteriormente.

SEÇÃO VII
INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO

Art. 22 – A inscrição no cadastro imobiliário será promovida:

I – Pelo proprietário, titular do domínio útil ou respectivos representantes legais, ou pelo possuidor a qualquer título;

II – De ofício, em se tratando de próprio federal, estadual ou municipal, ou de suas entidades autárquicas e fundacionais, ou, ainda, para os demais imóveis, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar, independentemente da sujeição do responsável a penalidade prevista no Artigo 24 ou no Artigo 25, ou a critério da Administração.

Art. 23 Para efetivar a inscrição no cadastro imobiliário, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar, na repartição competente, uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modelo fornecido pela Prefeitura, instruída com o título de propriedade ou domínio útil.

§ 1º As modificações na titularidade de imóveis serão averbadas mediante a exibição do título aquisitivo, transcrito devidamente no registro de imóveis competente, e da prova da quitação tributária.

§ 2º As averbações de que trata o Parágrafo anterior deverão ser promovidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias da transcrição, sob pena das sanções previstas em Lei.

Art. 24 O cadastro imobiliário será atualizado permanentemente, sempre que se verificar quaisquer alterações que modifiquem a situação anterior do imóvel.

§ 1º Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas em relação ao imóvel que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos Tributos municipais.

§ 2º Qualquer que seja a época em que se promovam as alterações cadastrais, essas, em relação ao IPTU, só produzirão efeito no exercício seguinte.

§ 3º Não serão consideradas, para fins de lançamento do IPTU, as construções isoladas com área igual ou inferior 15,00 m², caso em que só será tributado o terreno.

SEÇÃO VIII
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 25 Será punido com multa de 100% (cem por cento) da Unidades Fiscais do Município – UFM o erro ou a omissão dolosa, bem como a falsidade nas informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel.

CAPÍTULO II
DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO E CESSÃO ONEROSA INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS

SEÇÃO I
HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 26 A hipótese de incidência do Imposto sobre transmissão e cessão onerosa Inter vivos de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos é:

I – A transmissão Inter vivos e onerosa, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;

II – A transmissão Inter vivos e onerosa, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III – A cessão Inter vivos e onerosa de direitos relativos às transmissões referentes nos incisos anteriores.

Art. 27 A incidência do Imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I - Compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;

II – Dação em pagamento;

III – Permuta;

IV – Arrematação ou adjudicação em leilão;

V – Remissão;

VI – Incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica ressalvados os casos previstos nos incisos III e IV do Artigo 28;

VII – Transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;

VIII – Tornas ou reposições que ocorram:

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou da morte quando o conjugue ou herdeiro receber, dos móveis situados no Município, cota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;

c) Nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condomínio cota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua cota-parte ideal;

IX - Instituição de fideicomisso;

X - Enfiteuse e subenfiteuse;

XI - Rendas expressamente constituídas sobre imóvel;

XII – Concessão real de uso;

XIII - Cessão de direito de usufruto;

IX - Cessão de direitos ao usucapião;

XI - Cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

XII - Cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XIII - Acessão física quando houver pagamento de indenização;

IX - Cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

X - Qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos especificado neste Artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XI - Cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

§ 1º Será devido novo Imposto:

I - Quando o vendedor exercer o direito da sociedade comercial ou de nome individual, como responsável solidário, por meio de procuração, gerente, ou quaisquer outro tipo de representação comercial cedida pelo sócio ou empresário individual previstos no artigo 1.150 do Código Civil Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002;

I - No pacto de melhor comprador;

II - Na retrocessão; IV – Na retrovenda.

§2º - Equiparam-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I – A permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II – A permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens fora do território do Município;

III - A transação em que seja reconhecido direito que implique a transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

SEÇÃO II

NÃO INCIDÊNCIA

Art. 28 O Imposto não incide sobre a transmissão e a cessão de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos quando:

I - O adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e, se vinculadas as suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, respectivas autarquias e fundações desde que a transmissão não esteja relacionada com a exploração de atividades regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário;

II - O adquirente for Partido Político, entidade sindical de trabalhadores, templo de qualquer culto, instituição de educação e assistência social, para atendimento de suas finalidades essenciais;

III - Efetuadas para a incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

IV - Decorrentes de fusão, incorporação ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

V - A extinção do usufruto, quando o seu titular tenha continuado dono da nua-propriedade;

VI – A transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;

VII - A indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a Lei Civil.

§ 1º O disposto nos incisos III e IV deste Artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e a venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no Parágrafo anterior quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional de pessoa jurídica adquirente nos 2 (dois) anos seguintes à aquisição decorrerem de vendas, administração ou cessão de direitos à aquisição de imóveis.

§ 3º Verificada a preponderância a que se referem os Parágrafos anteriores tornar-se-á devido o Imposto nos termos da Lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.

§ 4º As instituições de educação e assistência social deverão observar ainda os seguintes requisitos:

I - Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado;

II – Aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

III - Manter escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos e formalidades capazes de assegurar perfeita exatidão.

SEÇÃO III
SUJEITO PASSIVO

Art. 29 O Imposto É devido pelo adquirente ou cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo.

Art. 30 Nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do Imposto devido, ficam solidariamente responsáveis por esse pagamento o transmitente ou o cedente, conforme o caso, e ainda o serventuário do Cartório que efetuar o ato translativo nessas condições.

SEÇÃO IV
BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 31 A base de cálculo do Imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou, maior, o valor real atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, periodicamente levantado e determinado em planta de Valores Imobiliários, anexa a esta lei, atualizada mensalmente conforme valor de mercado apurado pela Comissão Permanente de Avaliação de bens imóveis para fins específicos de recolhimento de ITBI e aprovada pelo Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se maior.

§ 2º Nas tornas ou reposições, a base de cálculo será o valor da cota-parte que exceder a fração ideal.

§ 3º Na instituição de fideicomisso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor real do bem imóvel ou do direito transmitido, se maior.

§ 4º Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio ou 30% (trinta por cento) do valor real do bem imóvel, se maior.

§ 5º Na concessão real do uso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor real do bem imóvel, se maior.

§ 6º No caso de cessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor de negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor real do bem imóvel, se maior.

§ 7º No caso de acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou o valor real fração ou acréscimo transmitido, se maior.

§ 8º Quando a fixação do valor real do bem imóvel ou do direito transmitido tiver por base o valor da terra-nua estabelecido pelo órgão federal competente, poderá o Município atualizá-lo monetariamente.

§ 9º A impugnação do valor fixado como base de cálculo do Imposto será endereçada à repartição municipal que efetuar o cálculo, acompanhada de laudo técnico de avaliação do imóvel ou do direito transmitido.

§ 10 A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis referida no "caput" desde artigo, será composta de três membros: 2 (dois) do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Tupirama e 1 (um) do CRECI ou quaisquer outros que o possa representar a área de venda de imóveis, tais como: representante do INCRA, Ruraltins, ou um engenheiro, que seja venha determinar o valor da terra nua dos imóveis rurais, para a cobrança do ITR, - Imposto Territorial Rural por meio de convênio com a Receita Federal.

Art. 32 O imposto será calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo as seguintes alíquotas:

I – Transmissões compreendidas no sistema financeiro da habitação, em relação à parcela financiada será de 0,5% (meio por cento) e de 2% (dois por cento) sobre a parcela financiada.

II – Demais transmissões 3% (três por cento).

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 33 O imposto será pago dentro de 08 (oito) dias úteis contados a partir da data da avaliação do bem imóvel, constante da Guia de Recolhimento, exceto nos seguintes casos:

I - Na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas, ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da assembleia ou da escritura em que tiverem lugar aqueles atos;

II - Na arrematação ou na adjudicação em praça ou leilão, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o auto ou deferida a adjudicação, ainda que exista recursos pendentes;

III – Na acessão física, até a data do pagamento da indenização;

IV - Nas tornas ou reposições e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sentença que reconhecer o direito, ainda que exista recurso pendente.

Art. 34 Nas promessas ou nos compromissos de compra e venda é facultado efetuar o pagamento do Imposto a qualquer tempo desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do imóvel.

§ 1º Optando-se pela antecipação a que se refere este Artigo, tomar-se-á por base o valor real do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo de valor verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do Imposto correspondente.

Art. 35 Não se restituirá o Imposto pago:

I – Quando houver subsequente cessão da promessa ou do compromisso, ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrependimento, não sendo, em consequência, lavrada a escritura;

II - Àquele que venha a perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda.

Art. 36 O Imposto, uma vez pago, só será restituído nos casos de:

I – Anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II - Nulidade do ato jurídico;

III - Rescisão de contrato e desfazimento da arrematação com fundamento no Artigo 500 do Código Civil.

Art. 37 A guia para pagamento do Imposto será emitida pelo órgão municipal competente, conforme dispuser regulamento.

SEÇÃO VII
OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 38 O sujeito passivo é obrigado a apresentar, na repartição competente da Prefeitura, os documentos e as informações necessários ao lançamento do Imposto, conforme estabelecido em regulamento.

Art. 39 A lavratura de instrumentos, escrituras ou termos judiciais, por tabeliões ou escrivães, deverá ser procedida de certidão negativa de débitos tributários relativos ao imóvel, além da certidão de aprovação de loteamento, se for o caso.

Art. 40 Os tabeliões e os escrivães transcreverão a guia de recolhimento do Imposto e a certidão negativa, nos instrumentos, nas escrituras ou nos termos judiciais que lavrarem.

Art. 41 Todos aqueles que adquirirem bens ou direitos cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do Imposto são obrigados a apresentar seu título à repartição fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que for lavrado o contrato, carta de adjudicação ou de arrematação, ou qualquer outro título representativo da transferência do bem ou direito.

Parágrafo único. Os cartórios encaminharão à Administração, até o décimo dia útil do mês seguinte, relação das operações realizadas com imóveis, tais como transcrições, inscrições e avaliações.

SEÇÃO VIII
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 42 O adquirente de imóvel ou direito que não apresentar o seu título à repartição fiscalizadora, no prazo legal, fica sujeito à multa de 100% (cem por

cento), do valor do imposto atualizado pelo indexador IGP-DI, ou qualquer outro indexador financeiro determinado pelo Banco Central do Brasil S/A.

Art. 43 O não pagamento do Imposto nos prazos fixados nesta Lei sujeita o infrator à multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor do Imposto devido, independentemente dos acréscimos moratórios e da atualização monetária, sabendo-se que a base de cálculo da multa será do valor do principal acrescida do valor atual.

Parágrafo único. Igual penalidade será aplicada aos serventuários, cartorários que descumprirem o previsto no Artigo 37, o Serventuário será responsável solidário pelo não pagamento do imposto, caso for comprovado o registro da escritura, ou contrato de compra e venda do bem imóvel, cujas assinaturas venham ser reconhecidas em cartório de Registro de Imóveis.

Art. 44 A omissão ou a inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do Imposto sujeitarão o contribuinte à multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do Imposto sonegado, atualizado monetariamente.

Parágrafo único. Igual multa será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou na declaração e seja conivente ou auxiliar na inexatidão ou na omissão praticada, inclusive, simular falsa cisão, incorporação ou fusão de empresas, para se emitirem do pagamento do imposto.

CAPÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS – ISS
SEÇÃO I
HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 45 A hipótese de incidência do Imposto sobre serviços e deixa de existir o Imposto Sobre Serviço – ISS é a prestação, com ou sem estabelecimento fixo, de serviços previstos em Lei complementar à Constituição

Federal artigo 156 e na Lei 116/2003, Lista de serviço, tem como fato gerador a relação de serviços contida na Lei nº 11.438/1997.

Parágrafo único. A hipótese de incidência do Imposto se configura independentemente:

I – Da existência de estabelecimento fixo;

II - Do resultado financeiro do exercício da atividade;

III - Do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

IV - Do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício.

Art. 46 Para os efeitos de incidência do Imposto, considera-se local da prestação do serviço:

I – Do estabelecimento do prestador;

II – Na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;

III - O local da obra, no caso de construção civil.

§ 1º Para fins de lançamento e arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza considerar-se-á estabelecimento prestador todo e qualquer local onde sejam planejados, organizados, contratados, administrados, fiscalizados ou executados os serviços, total ou parcialmente, de modo permanente ou temporário.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo será irrelevante para caracterização de estabelecimento prestador a denominação de sede, filial, agencia, sucursal, escritório, loja, oficina, matriz ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

SEÇÃO II
NÃO INCIDÊNCIA

Art. 47 O Imposto Sobre Serviços – ISS não incide sobre a prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações.

I – Os serviços prestados em relação de emprego; por trabalhadores avulsos; por diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades; bem como dos sócios -gerentes e dos gerentes-delegados;

II – As exportações de serviços para o exterior do País.

Parágrafo primeiro. Não se enquadram no disposto no inciso I, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, cujo pagamento seja feito por residente no exterior.

Parágrafo segundo. Pela não incidência prevista na Constituição Federal de 1988 no artigo 155.

SEÇÃO III
SUJEITO PASSIVO

Art. 48 Contribuinte do Imposto é o prestador do serviço, assim entendida a pessoa física ou jurídica que exerça, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, quaisquer atividades da Lista de Serviços prevista pela Lei Complementar nº 116, de primeiro de agosto de 2003, e definida no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Não são contribuintes os que prestam serviço em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades.

Art. 49 Será responsável pela retenção e pelo recolhimento do imposto, até o último dia útil do mês em que o pagamento tiver sido realizado, todo aquele que, mesmo incluído, nos regimes de imunidade ou isenção fazer uso dos serviços de terceiros quando:

I – O prestador do serviço for empresa e não emitir nota fiscal ou outro documento permitido, contendo, no mínimo, seu endereço e número de inscrição no cadastro de atividades econômicas;

II – O serviço prestado em caráter pessoal e o prestador, profissional autônomo ou sociedade, não apresentar comprovante de inscrição no cadastro de atividades econômicas- CNAE e recolhimento atualizado do Imposto;

III – O prestador do serviço que alegar e não comprovar imunidade ou isenção;

IV - O serviço for de construção civil e o prestador não comprovar o recolhimento do imposto no Município.

Art. 50 A retenção na fonte será comprovada pelo recolhimento do Imposto na rede bancária autorizada através do Documento de Arrecadação Municipal, DAM, ou junto à Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único. O responsável pelo recolhimento dará ao prestador do serviço uma via do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, quitado a qual lhe servirá como comprovante do pagamento do Imposto.

Art. 51 O Imposto quando for retido na fonte será calculado aplicando-se a alíquota de 5% (cinco por cento) sobre o preço do serviço da empresa contratante e não houver o pagamento do imposto pela contratada ou subcontratada.

Art. 52 Para os efeitos desse Imposto considera-se:

I – Empresa - toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade econômica de prestação de serviço;

II – Profissional Autônomo - toda e qualquer pessoa física que, habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

III – Profissional Liberal - profissional prestador de serviços de forma autônoma, com formação de nível superior registrado no respectivo órgão de classe;

IV – Sociedade de Prestação de Serviços Profissionais - sociedade civil de trabalho uni profissional, de caráter especializado e que tenha seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo Órgão de Classe;

V – Integrante da Sociedade de Profissionais - profissional liberal, devidamente habilitado quando sócio ou empregado de sociedade de prestação de serviços profissionais;

VI – Trabalhador Avulso - aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica mas sem vinculação empregatícia;

VI – Trabalho Pessoal - aquele material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física ou integrante de sociedade de profissionais. Não desqualifica nem descaracteriza a atividade a contratação de até 3 (três) empregados para a execução de atividades acessórias ou auxiliares não componentes da essência do serviço.

Art. 53 A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, é responsável pelo Imposto do estabelecimento adquirido e devido até a data do ato:

I – Integralmente, se a alienante cessar a exploração da atividade;

II – Subsidiariamente com alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade do mesmo ou de outro ramo de prestação de serviços;

§ 1º O disposto no Artigo anterior aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas do direito provado, quando a exploração da respectiva

atividade seja continuada por ex-sócio, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

§ 2º A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação é responsável pelo Imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação.

Art.54 São responsáveis pela arrecadação e pelo recolhimento do Imposto sobre serviços de qualquer natureza incidente sobre os jogos e diversões públicas, os empresários, encarregados ou gerentes de empresas estabelecimento instalações ou locais de diversão pública e jogos permitidos.

Parágrafo único. A arrecadação do imposto será efetuado no ato de aquisição onerosa do direito de:

I - Ingressar em local onde se realizem espetáculos, exibição, representação ou função ou sejam praticados jogos permitidos por Lei e divertimento de qualquer espécie;

II - Participar de jogos, divertimentos e atividades.

SEÇÃO IV

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 55 A base de cálculo do Imposto é o preço do serviço sobre o qual será aplicada a alíquota segundo o tipo de serviço prestado.

Art. 56 Na hipótese de serviços prestados por empresas enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

§ 1º O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena do o Imposto, ser calculado da forma mais onerosa, mediante aplicação da alíquota mais elevada sobre a receita auferida.

Art. 57 Na hipótese de serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o Imposto será calculado em relação a cada uma das atividades exercidas.

Art. 58 Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, com exceção do fornecimento de mercadorias previsto nos itens 37, 41, 67, 68 e 69 da redução prevista no artigo 5º para o item 2 e do valor das subempreitadas já tributadas e das mercadorias produzidas pelo prestador de serviço fora do local da obra nos casos dos itens 31 e 33 da lista de serviços do anexo II desta Lei.

§ 1º Que são os serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.32.01 - Serviços de desenhos técnicos. 33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

§ 2º Considera-se preço do serviço para efeito de cálculo de imposto, tudo o que for recebido em virtude da prestação do serviço, seja na conta ou não.

§ 3º Constituem parte integrante do preço:

I – Os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;

II – Os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade.

§ 3º Serão diminuídos do preço do serviço os valores relativos a descontos ou abatimentos não sujeitos a condição, desde que prévia e expressamente contratados.

§ 4º Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço, para base de cálculo do Imposto, será o preço corrente na praça ou o valor das mercadorias.

Art. 59 Em relação às deduções previstas nos itens 31 e 33 da lista de serviços, será adotado o seguinte procedimento:

I - Quanto às mercadorias, só serão admitidas deduções relativas aos materiais que se incorporem ou se consumam na execução das obras, excluídos:

a) escoras, andaimes, torres e formas;

b) ferramentas, máquinas e respectiva manutenção;

c) materiais adquiridos para a formação de estoque ou armazenagem fora dos canteiros de obra antes de sua efetiva utilização;

d) materiais recebidos na obra após a concessão do respectivo habite-se;

I – Quanto as sub empreitadas não serão admitidas deduções quando forem:

a) Realizadas por profissionais autônomos;

b) Executadas por sociedades de prestação de serviços profissionais;

c) Executadas depois do habite-se.

§ 1º Não serão dedutíveis os valores de quaisquer materiais ou subempreitadas cujos documentos não estejam revestidos das características ou formalidades legais, previstas na legislação federal estadual ou municipal, especialmente no que concerne à perfeita identificação do emitente e do destinatário, bem como das mercadorias e dos serviços.

§ 2º Quando os serviços referidos neste Artigo forem prestados sob regime de administração, a base de cálculo incluirá, além dos honorários do prestador, as despesas gerais de administração, bem como as de mão-de-obra,

encargos sociais e reajustamentos, ainda que despesas sejam responsabilidade de terceiros.

Art. 60 Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor acumular a sua qualidade de incorporador com a de proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

§ 1º Na hipótese prevista neste Artigo, só será admissível deduzir da base de cálculo o valor dos materiais de construção proporcionais às frações ideais de terreno, alienadas ou compromissadas, observado o disposto no artigo 62.

§ 2º Consideram-se também compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamento de bens e serviços adquiridos, inclusive terrenos.

§ 3º A apuração proporcional da base de cálculo será feita individualmente, por obra, de acordo com o Registro Auxiliar das Incorporações Imobiliárias.

§ 4º Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terrenos e das quotas de construção, o preço do serviço será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da divisão do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada à unidade contratada.

Art. 61 Nos serviços de demolição de prédios considera-se preço total da operação os recebimentos em dinheiro ou em material proveniente da demolição.

Parágrafo único. O disposto neste Artigo não se aplica aos contratos de construção civil, nos quais a empreiteira principal execute e cobre a demolição envolvendo de maneira integral o contrato de construção.

Art. 62 Se no local do estabelecimento e em seus depósitos ou outras dependências forem exercidas atividades diferentes, sujeitas a mais de uma forma de tributação, as atividades serão tributadas com as diferentes alíquotas

em relação a cada uma delas ou em relação ao movimento total com deduções se for o caso.

Parágrafo único. Caso a escrita não discrimine as operações por atividade, ficarão as mesmas em sua totalidade, sujeitas à alíquota mais elevada ou será calculada sobre o movimento econômico total.

Art.63 A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

Art.64 As alíquotas do Imposto são as fixadas na tabela do Anexo I a esta Lei.

SEÇÃO V
ARBITRAMENTO

Art.65 A autoridade fiscal procederá ao arbitramento para a apuração do preço sempre que, fundamentadamente:

I – O contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;

II – O contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária;

III – O contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;

IV– Ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;

V – Sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os expedidos pelo sujeito passivo;

VI – O preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art.66 - Nas hipóteses do Artigo anterior, o arbitramento será procedido pelo auditor municipal utilizando um outra empresa estabelecida no município ou

em outro município do estado que possui aproximadamente a renda percapita do município de Tupirama

Art.67 O arbitramento do preço dos serviços não exonera o contribuinte da imposição das penalidades cabíveis, quando for o caso.

SEÇÃO VI
LANÇAMENTO

Art.68 O Imposto será lançado:

I – Uma única vez, de ofício, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, ou pelas sociedades de prestação de serviços profissionais, observado o disposto no artigo 54.

II – Mensalmente, pelo próprio contribuinte, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, independentemente do pagamento do preço ser efetuado à vista ou em prestações, quando o prestador for empresa, profissional autônomo com mais de 3 (três) empregados ou sociedade de prestação de serviços profissionais com mais de 5 (cinco) empregados, em ambos os casos, contratados para realização de atividades não essenciais aos serviços.

III – Lançado em livro próprio eletronicamente, ou apenas o livro caixa quando for empresas do SIMPLES NACIONAL ou Microempreendedor Individual;

IV – O faturamento mensal para manter a Isenção do Microempreendedor para a Receita Federal será de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) anual e R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) mensal, será regido também pela Lei Complementar Federal nº 128/2008 que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006) cria a figura do Microempreendedor Individual, se houver alteração na Lei no sentido de alterar

o valor de faturamento para estabelecer ou classificar as Empresas do Simples Nacional se considera alterado nessa Lei Tributaria Municipal.

V – E do Simples Nacional obedecerá a alíquota de 1,98% (um inteiro e noventa e oito centésimos por cento) até 5% (cinco por cento) dependendo do faturamento ou da classificação do CNAE Fiscal que determina a atividade econômica e obedecendo a Lei 123/2006 e suas alterações.

Art. 69 O contribuinte que exercer atividade na condição de diferentes sujeitos passivos, seja ele autônomo, empresa ou sociedade civil, estará obrigado ao pagamento do Imposto em relação a cada um deles.

Art. 70 Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do Imposto ficam obrigados a:

I – Manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II – Emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

§ 1º O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta, em seu domicílio.

§ 2º Os livros novos e documentos serão previamente formalizados, de acordo com o estabelecido em regulamento.

§ 3º Os livros e os documentos fiscais, que são, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§ 4º Constituem instrumentos auxiliares de escrita física os livros de contabilidade em geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório quanto os auxiliares, Documentos Fiscais, Guias de Recolhimento e demais documentos ainda que pertencentes arquivos de terceiros, que se relacionem direta ou

indiretamente com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte responsável.

§ 5º Cada estabelecimento terá escrituração tributária própria, vedada sua centralização na matriz ou estabelecimento principal.

§ 6º Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar, ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

§ 7º Durante o prazo de 5 (cinco) anos dado à Fazenda Pública para constituir o crédito tributário, o lançamento ficará sujeito a revisão, devendo o contribuinte manter à disposição do fisco os livros e os documentos de exigência obrigatória.

Art. 71 Fica autorizado o poder Executivo a criar ou aceitar documentação simplificada de contribuintes de rudimentar organização ou microempresas.

Art. 72 O lançamento do Imposto não implica reconhecimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições referentes a local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 73 Corrido o prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

SEÇÃO VII
ESTIMATIVA

Art. 74 A autoridade administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do Imposto por estimativa:

I – Quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;

II – Quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização ou microempresa;

III – Quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais;

IV – Quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico.

Art. 75 O valor do Imposto lançado por estimativa levará em consideração:

I – O tempo de duração e a natureza específica da atividade;

II – O preço corrente dos serviços;

III – O local onde se estabelece o contribuinte.

Art. 76 A administração poderá fixar os valores das parcelas do imposto estimado em UFM, bem como, poderá a qualquer tempo, rever os valores das parcelas vincendas do importo e ajustá-las, quando se verificar que a estimativa inicial for incorreta ou que o volume ou a modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 77 Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa, ficar dispensados do uso de livros fiscais e da emissão de documentos.

Art. 78 O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem as condições que originaram o enquadramento.

Art. 79 Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do ato normativo, apresentar impugnação contra o valor.

SEÇÃO VIII
ARRECADAÇÃO

Art. 80 Nos casos de cálculo do Imposto sobre a receita bruta mensal, o recolhimento será feito mensalmente aos cofres da Prefeitura Municipal ou nos bancos autorizados, mediante o preenchimento de guias especiais, independentemente de qualquer aviso ou notificação, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao faturamento.

Parágrafo único. O Imposto será recolhido por meio de guias preenchidas pelo próprio contribuinte, de acordo com o modelo a ser estabelecido em regulamento.

Art. 81 Nos casos dos contribuintes, pessoas físicas, sujeitos ao pagamento de alíquotas fixas anuais, o Imposto será recolhido nos seguintes prazos:

I – Pagamento com 30% (trinta por cento) de desconto, até 31 de janeiro de cada exercício.

II – Pagamento mensal em Unidade Fiscal do Município UFM, parcelado em até 12 (doze) vezes, vencendo a primeira parcela em 31 de janeiro de cada exercício.

III - O valor de cada parcela mensal não poderá ser inferior a 03 (três) UFM.

Parágrafo único. No caso de início de atividade, o imposto será devido proporcionalmente ao número de meses restantes do ano.

Art. 82 Quando o contribuinte pretenda comprovar, com documentação hábil a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de base de cálculo por não

ter prestado serviços tributáveis pelo Município, deve realizá-la nos prazos estabelecidos para pagamento do Imposto.

SEÇÃO IX
ISENÇÕES

Art. 83 Ficam isentos do Imposto os serviços:

I – Prestados por associações culturais, associações comunitárias e clubes de serviço, cuja finalidade essencial, nos termos do respectivo estatuto e tendo em vista os atos efetivamente praticados, esteja voltada para o desenvolvimento da comunidade;

II – De diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo Órgão de educação e cultura do Município ou Órgão similar;

III – Prestados por profissionais autônomos e entidades de rudimentar organização cujo faturamento ou remuneração, por estimativa da autoridade fiscal, não produza renda mensal superior a 2 (duas) vezes o valor do salário mínimo;

Art. 84 As isenções serão solicitadas em requerimentos, acompanhado das provas de que o contribuinte preenche os requisitos necessários à obtenção do benefício.

Art. 85 A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação de isenção referir-se àquela documentação, apresentando as provas relativas ao novo exercício.

Art. 86 As isenções devem ser requeridas até o último dia Útil do ano anterior, sob pena de perda do benefício fiscal no exercício seguinte.

Art. 87 Nos casos de início de atividade, o pedido de isenção deve ser feito por ocasião da concessão da licença para localização e/ou funcionamento de estabelecimentos.

SEÇÃO X

INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL

Art. 88 O contribuinte deve requerer sua inscrição no Cadastro Fiscal de Prestadores de Serviços antes de iniciar suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e as informações necessários para a correta fiscalização do referido imposto.

Art. 89 Para cada local de prestação de serviço, o contribuinte deve fazer sua inscrição, exceto tratando-se de ambulante, que fica sujeito a inscrição única.

Art. 90 A inscrição não presume a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e das informações apresentadas pelo contribuinte.

Art. 91 O contribuinte deve comunicar à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência, a cessação de suas atividades a fim de obter a baixa ou suspensão de sua inscrição, a qual será concedida após a verificação da procedência da comunicação, sem prejuízo da cobrança dos Impostos e das taxas devidos ao Município.

SEÇÃO XI

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 92 As infrações cometidas por ação ou omissão contra as disposições da Legislação Tributária, serão punidas, sem prejuízo da exigência do imposto, com as seguintes penalidades:

I – Multa de importância igual a 100 (dez) vezes o valor da UFM nos casos de exercício de atividade sem prévia inscrição no cadastro fiscal;

II – Multa de 50 (cinquenta) vezes o valor da UFM nos casos de:

a) recusa na exibição de livros ou documentos fiscais;

b) sonegação de documentos para apuração do preço do serviço ou da fixação de estimativa;

c) embaraço à ação fiscal;

III – Multa no valor 4 (quatro) vezes o valor da UFM nos casos de:

a) omissão ou falsidade na declaração de dados;

b) emissão de nota fiscal não autorizada; por nota fiscal;

c) emissão de nota fiscal que não reflita o preço do serviço; por nota fiscal;

d) prestação de serviço sem a emissão da respectiva nota fiscal, por serviço;

e) emissão de nota fiscal não lançada no livro fiscal, por nota fiscal.

IV – Multa de importância igual a 3 (três) vezes o valor venal da UFM nos casos de:

a) falta de livros fiscais ou de sua autenticação, por livro;

b) falta de escrituração do imposto devido;

c) dados incorretos na escrita fiscal ou nos documentos fiscais;

e) falta do número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais;

f) falta de notas fiscais ou outros documentos exigidos Administração;

g) falta ou erro na declaração de dados;

h) Após a retirada, do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais, exceto nos casos previstos na legislação;

i) Notas Fiscais ilegíveis, rasuradas, ou sem o nome e endereço do cliente, por Nota Fiscal eletrônica.

V – Multa de importância igual a 20 (vinte) UFM, nos casos de não comunicação até o prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência, da venda ou transferência do estabelecimento, encerramento ou mudança de local do estabelecimento ou de sua Área e de quaisquer outras alterações de interesse do Fisco;

VI – Multa de importância igual a 50 (cinquenta) UFM pela primeira infração e progressivamente, sempre em dobro da imediatamente anterior, para cada caso de reincidência, quando o estabelecimento gráfico emitir nota ou

documento fiscal sem a devida autorização, respondendo solidariamente pelo mesmo o beneficiário quando a gráfica estiver estabelecida fora do município.

VII – Multa de importância igual a 200% (duzentos por cento) do imposto atualizado monetariamente nos casos de:

a) falta de recolhimento do imposto retido na fonte;

b) adulteração de documentos fiscais com a finalidade de sonegação, por meios eletrônicos sistema contábil ou de calçamento de notas fiscais eletrônica; pagamento do imposto em outro município, que o do serviço efetivamente prestado;

VIII – Multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto atualizado monetariamente nos casos de:

a) falta de recolhimento do imposto apurado por meio de ação fiscal;

b) recolhimento do imposto em importância menor do que a efetivamente apurado por meio de ação fiscal;

c) não retenção de imposto devido.

Parágrafo único. As penalidades serão aplicadas cumulativamente, quando for o caso.

TÍTULO I
DAS TAXAS
CAPÍTULO II
DA TAXA DE LICENÇA

SEÇÃO I
HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 93 A hipótese de incidência da taxa é o exame e fiscalização, dentro do território do Município, das condições de localização, afetação ao meio ambiente, segurança, higiene, saúde, incolumidade, bem como de respeito à

ordem, aos costumes, à tranquilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos e à legislação urbanística a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda: realizar obras; veicular publicidade em vias e logradouros públicos, em locais deles visíveis ou de acesso público; localizar e fazer funcionar estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agropecuário e outros; ocupar vias e logradouros públicos com móveis e utensílios; manter aberto estabelecimento fora dos horários normais de funcionamento; instalar e utilizar máquinas e motores; exercer qualquer atividades relacionadas com a saúde pública ou o meio ambiente; ou ainda manter em funcionamento o estabelecimento previamente licenciado.

§ 1º Estão sujeitos à licença:

I – A localização e/ou funcionamento de estabelecimento;

II – O funcionamento de estabelecimento em horário especial;

III – A veiculação de publicidade em geral;

IV – A execução de obras, arruamentos e Loteamentos;

V – A ocupação de áreas em terrenos ou vias e logradouros públicos;

VI – O exercício de atividades eventual ou ambulante;

VII – A instalação e a utilização de máquinas e motores.

§ 2º As licenças relativas aos incisos I e VII do parágrafo 1º serão válidas durante o exercício em que forem concedidas; as relativas aos demais itens pelo prazo do alvará.

§ 3º Observado o disposto no Parágrafo anterior, no que diz respeito ao período de solicitação, nenhuma licença poderá ser concedida por período superior a 1 ano.

§ 4º As licenças serão concedidas sob a forma de alvará que deverá ser exibido à fiscalização, quando solicitado.

§ 5º As situações descritas no § 1º e, portanto, sujeito ao exercício da fiscalização para concessão de licença estarão obrigadas ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) da taxa caso a licença não possa ser concedida.

§ 6º Independentemente da prévia licença prevista no § 1º e do respectivo alvará, estarão sujeitas à constante inspeção sanitária, exercida em observância às normas vigentes, as seguintes atividades:

I – Produção, fabricação, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenagem, distribuição, venda e consumo de alimento;

II – O abate de animais realizados em matadouro público e municipal;

III – Demais atividades pertinentes à saúde pública.

§ 7º Independentemente da licença prevista no § 1º e do respectivo alvará estão sujeitos à constante fiscalização ambiental todos os estabelecimentos aos quais, para a respectiva autorização para instalação e funcionamento, tenha sido exigida certidão de controle ambiental.

SEÇÃO II
LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO

Art. 94 Em relação a localização e/ou funcionamento de estabelecimento:

I – Haverá incidência da taxa independentemente da concessão da licença, observado o disposto no Artigo 129;

II – A licença abrange, quando do primeiro licenciamento, a localização e o funcionamento e, nos exercícios posteriores, apenas o funcionamento;

III – Haverá incidência de nova taxa no mesmo exercício e será concedida, se for o caso, a respectiva licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local.

§ 1º O sujeito passivo é obrigado a comunicar a repartição própria do Município, dentro de 30 (trinta) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências relativas a seu estabelecimento;

I – Alteração da razão social ou do ramo de atividade;

II – Alterações física do estabelecimento.

§ 2º Não será concedido, a nenhuma pessoa física ou jurídica e em débito com a Prefeitura, licença para localização e/ou funcionamento de estabelecimento.

§ 3º Não será concedida a nenhuma pessoa física ou jurídica licença para localização e funcionamento de atividades potencialmente poluidora sem a respectiva de controle ambiental.

SEÇÃO III
VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL

Art. 95 Estão sujeitos à taxa os seguintes tipos de publicidade:

I – Os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;

II – A propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificador de voz, alto-falantes e propagandistas.

Parágrafo único. Compreende-se neste Artigo os anúncios colocados em lugares de acesso público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem de qualquer forma, visíveis de via pública.

Art. 96 Respondem pela observância das disposições desta Seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, as quais direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenha autorizado.

Art. 97 O requerimento para obtenção da licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo único. Quando o local em que pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 98 Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis sujeitos a taxa um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Art. 99 Os anúncios devem ser escritos em linguagem correta ficando, por isso, sujeito a revisão da repartição competente.

Art.100 A taxa será paga adiantadamente, por ocasião da outorga da licença.

Art.101 Nas licenças sujeitas à renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

SEÇÃO IV

EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS

Art.102 Em relação à execução de obras, arruamentos e loteamentos, não havendo disposição em contrário em legislação específica:

I – A licença será cancelada se a sua execução não for iniciada dentro do prazo concedido no alvará;

II – A licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, se for insuficiente para a execução do Projeto, o prazo concedido no alvará;

II – A liberação do prédio e a respectiva concessão de habite-se implica o pagamento de 40% (quarenta por cento) do valor da taxa;

III – A taxa é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, nas instalações elétricas e mecânicas ou quaisquer obras, excetuadas as de simples pintura e limpeza de prédio;

IV – Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra de instalações de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida;

V – Nenhum plano de urbanização de terrenos particulares poderá ser aprovado ou executado sem o prévio pagamento da taxa.

§ 1º O responsável por loteamento fica obrigado a apresentar a Administração.

I – Título de propriedade da Área loteada;

II – Planta completa do loteamento contendo, em escala que permita sua anotação, os logradouros, as quadras, os lotes, a área total e as áreas cedidas ao patrimônio municipal;

III – Mensalmente, comunicação das alienações realizadas, contendo os dados indicativos dos adquirentes e das unidades adquiridas.

§ 2º As obrigações impostas aos responsáveis por loteamentos licenciados são extensivas aos responsáveis por loteamentos não licenciados, desde que haja áreas dos mesmos compromissadas ou alienadas definitivamente.

Art.103 A licença concedida constará de alvará, no qual se mencionarão as obrigações do proprietário do imóvel, com referência a serviços de obras de urbanização.

SEÇÃO V
OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM TERRENOS OU VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art.104 Entende-se por ocupação do solo aquela feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelho, veículo utilizados para comércio ou escritório e qualquer outro móvel ou utensílio,

depósito de materiais, para fins comerciais ou prestação de serviços, estacionamento privativo de veículos em locais permitidos.

Art.105 Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

SEÇÃO VI

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE

Art.106 Considera-se atividade eventual a que é exercida em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

Art.107 Atividade ambulante é a exercida individualmente, sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Art.108 É obrigatória a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes ou prestadores de serviços eventuais e ambulantes mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

Parágrafo único. Incluem-se na exigência deste Artigo os comerciantes com estabelecimento fixo que, por ocasião de festejos ou comemorações, explorem o comércio eventual ou ambulante.

Art.109 A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante ou prestador de serviço eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por ele exercida.

Art.110 Ao comerciante ou prestador de serviço eventual ou ambulante que satisfazer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa.

Art.111 Respondem pela taxa de licença de atividade eventual ou ambulante os vendedores cujas mercadorias sejam encontradas em seu poder, mesmo que pertençam a contribuinte que hajam pago a respectiva taxa.

SEÇÃO VII
INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E MOTORES

Art.112 A fiscalização da instalação e utilização de máquinas e motores objetiva verificar o cumprimento das normas técnicas necessárias ao funcionamento e à manutenção dos mesmos desde que utilizados para fins industriais, comerciais ou de prestação de serviços ou sejam de uso público.

SEÇÃO VIII
SUJEITO PASSIVO

Art.113 Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que se enquadrar em quaisquer das condições previstas no Artigo 108.

§ 1º Ao requerer a licença, o contribuinte terá que fornecer à Prefeitura os elementos e as informações necessárias para sua inscrição no cadastro fiscal.

§ 2º Será considerado como abandono do pedido de licença a falta de qualquer providência da parte interessada que importe em arquivamento do processo.

SEÇÃO IX
BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art.114 A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia,

dimensionada, para cada caso, mediante a aplicação de alíquota sobre a UFM, de acordo com as tabelas dos anexos II a X desta Lei.

§ 1º Relativamente à localização e/ou funcionamento de estabelecimentos, no caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço ocupado pelas mesmas e exploradas pelo mesmo contribuinte, a taxa será calculada e devida sobre a atividade que estiver sujeita à maior alíquota, acrescida de 10% (dez por cento) desse valor para cada uma das demais atividades.

§ 2º No primeiro exercício de concessão da licença para localização e/ou funcionamento a taxa será devida proporcionalmente ao número de meses restantes no ano.

SEÇÃO X
LANÇAMENTO

Art.115 A taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existentes no cadastro.

Parágrafo único. A taxa será lançada em relação a cada licença requerida e/ou concedida e em relação a cada local onde a inspeção for realizada.

SEÇÃO XI
ARRECADAÇÃO

Art.116 A arrecadação das taxas previstas no § 1º do Artigo 114, far-se-á em 50% (cinquenta por cento) de seu valor no ato da entrega do requerimento pelo interessado, devendo ser completado o pagamento finda as diligências necessárias ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. No caso de pagamento de licença para funcionamento de estabelecimento nos demais exercícios, o recolhimento da taxa será feito integralmente até o dia 15 de março de cada ano.

Art.117 A arrecadação das taxas sobre o exercício de atividades sujeitas à inspeção sanitária e/ou à fiscalização ambiental se dará até o dia 15 de março de cada ano.

Art.118 Em caso de prorrogação de licença para execução de obras, a taxa será devida em 50% (cinquenta por cento) de seu valor original.

Art.119 Não será admitido o parcelamento da taxa de licença.

Art.120 O pagamento da taxa relativa a atividades já licenciadas no exercício anterior, se dará até o último dia útil do mês de fevereiro.

SEÇÃO XII
ISENÇÕES

Art.121 São isentos de pagamento de taxas de licença:

I – A localização e/ou o funcionamento de associações comunitárias e religiosas, escolas sem fins lucrativos, orfanatos e asilos;

II – A veiculação das seguintes publicidades:

a) expressões de simples indicação e identificação da denominação social e/ou nome de fantasia transcrito no prédio onde funciona o estabelecimento do contribuinte;

b) anúncios pela União, pelos Estados e pelos Municípios;

a) placa de hospitais, casas de saúde e congêneres, colégios, sítios, chácaras e fazendas;

c) placas de firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais dessas;

d) propaganda eleitoral, política, atividade sindical e culto religioso;

e) dísticos ou denominações de estabelecimentos apostos nas paredes e vitrines internas de estabelecimentos; III – As construções de: a) passeios e muros;

f) instalações provisórias destinadas à guarda de material, quando no local das obras;

IV – A ocupação de áreas em terrenos ou vias e logradouros públicos por:

a) feiras de livros, exposições, concertos, retratas, palestras, conferências e demais

b) atividades de caráter notoriamente cultural ou científico;

c) parques de diversão com entrada gratuita;

d) o exercício de atividade eventual ou ambulante por vendedores de jornais, revistas e livros;

e) engraxates;

f) vendedores de Artigos de artesanato doméstico e a arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;

g) cegos, mutilados e incapazes;

h) expositores, palestrantes, conferencistas, pregadores e demais pessoas que exerçam atividades de cunho notoriamente religioso;

VI – As atividades sujeitas à inspeção sanitária cuja fiscalização seja realizada pela União ou pelo Estado.

Parágrafo único. A concessão da isenção será efetivada quando do despacho autorizativo da autoridade administrativa para o exercício da atividade requerida.

SEÇÃO XIII
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art.122 As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades, independentemente das que possam estar previstas na legislação urbanística específica:

I – Multa de 2 (duas) UFM no caso da não comunicação ao Fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da ocorrência do evento, sobre a alteração da razão social ou do ramo de atividade e sobre as alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;

II – Multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa, pelo exercício de qualquer atividade a ela sujeita, sem a respectiva licença.

III – Suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

IV – Cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixar de existir as condições exigidas para a sua concessão. Quando, após a suspensão da licença, deixarem de ser cumpridas as intimações expedidas pelo Fisco. Ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes, conforme a legislação urbanística específica.

CAPÍTULO III
DAS TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS
SEÇÃO I
TAXA DE EXPEDIENTE

Art.123 A taxa de expediente tem como fato gerador a apresentação de petições e documentos às repartições da Prefeitura para apreciação e despacho pelas autoridades municipais, ou pela lavratura de termos e contratos com o Município.

Art.124 A taxa é devida pelo peticionário ou por quem tiver interesse direto no ato do Governo Municipal e será cobrado de acordo com a tabela do Anexo X desta Lei.

Art. 125 A cobrança da taxa será feita por meio de guia, conhecimento ou processo mecânico, na ocasião em que o ato for praticado, assinado ou visado, ou em que o instrumento formal for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

Art. 126 Ficam isentos da taxa os requerimentos e certidões relativas aos servidores municipais e ao serviço de alistamento militar.

Parágrafo único. Não incide a taxa sobre:

I – As petições dirigidas ao Poder Público em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

II – A solicitação de certidões para defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

Art. 127 A Taxa de Serviços Diversos - TSD, é devida pela execução por parte dos Órgãos próprios da municipalidade dos seguintes serviços:

I – Indicação de numeração de prédios;

II – Autenticação de projetos;

III – Depósito e liberação de bens, animais e/ou mercadorias apreendidos;

IV – Demarcação, alinhamento e nivelamento de imóveis;

V – Desmembramento e/ou remembramento de imóveis;

VI – Croquis de locação de imóveis;

§ 1º A taxa a que se refere o presente Artigo é devida:

a) na hipótese dos incisos I, IV e V, pelo proprietário titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, do imóvel a numerar, demarcar, alinhar, nivelar, desmembrar ou remembrar;

b) na hipótese dos incisos II e VI, por quem os requerer;

c) na hipótese do inciso III, pelo proprietário, possuidor a qualquer título ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, que requeira, promova ou tenha comprovado interesse na liberação dos bens, animais ou mercadorias apreendidas;

§ 2º Pelos serviços definidos neste Artigo, aplicar-se-ão, respectivamente, as alíquotas estabelecidas no Anexo XII, a esta Lei.

TÍTULO III

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO ÚNICO

SEÇÃO I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 128 A hipótese de incidência da contribuição de melhoria é a realização de obra pública.

Parágrafo único. As seguintes obras podem ser objeto de contribuição de melhoria:

I – Abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II – Construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III – Construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV – Abastecimento de água potável, redes de esgotamento sanitário e instalação de comodidades públicas;

V – Instalação de redes elétricas e suprimento de gás;

VI – Transportes e comunicações em geral;

VII – Instalação de teleféricos, funiculares e ascensores;

VIII – Proteção contra secas, inundações, erosão, saneamento e drenagem em geral, diques, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

IX – Construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

X – Construção de aeródromos, aeroportos e seus acessos;

XI – Aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 129 A contribuição de melhoria terá como limite total a despesa realizada, na qual serão incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, bem como os encargos respectivos.

§ 1º Os elementos referidos no caput deste Artigo serão definidos para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto, em memorial descritivo e orçamento detalhado de custo, elaborados pela Prefeitura Municipal.

§ 2º O Prefeito, com base nos documentos referidos no Parágrafo anterior e tendo em vista a natureza da obra ou do conjunto de obras, os eventuais benefícios para os usuários, o nível de renda dos contribuintes e o volume ou a quantidade de equipamentos públicos existentes na sua zona de influência, fica autorizado a reduzir, em até 50% (cinquenta por cento), o limite total a que se refere este Artigo.

Art. 130 A contribuição de melhoria será devida em decorrência de obras públicas realizadas pela Administração Municipal Direta ou Indireta, inclusive quando resultantes de convênio com a União e o Estado ou com Entidade Federal ou Estadual.

Art.131 As obras públicas que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I – Ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração;

I – Extraordinário, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos contribuintes interessados.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art.132 Contribuinte da contribuição de melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel situado na zona de influência da obra.

§ 1º Para efeito de determinação do sujeito passivo, aplicar-se-á o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 11.

§ 2º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 3º Os demais imóveis serão lançados em nome de seus respectivos titulares.

Art.133 A contribuição de melhoria constitui ônus real, acompanhando o valor do imóvel ainda após a transmissão pela compra e venda.

SEÇÃO III
DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

Art.134 Para cada obra ou conjunto de obras integrante de um mesmo projeto serão definidos sua zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis nela localizados.

SEÇÃO V
LANÇAMENTO

Art.135 Para a cobrança da contribuição de melhoria, o Órgão fazendário da Prefeitura deverá publicar, previamente, edital contendo os seguintes elementos:

I – Memorial descritivo da obra e o seu custo total;

II – Determinação da parcial do custo total a ser ressarcida pela contribuição de melhoria;

III – Delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, se for o caso;

IV – Relação dos imóveis localizados na zona de influência, sua área territorial e a faixa a que pertencem;

V – Valor da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel.

Parágrafo único. O disposto neste Artigo aplica-se também aos casos de cobrança de contribuição de melhorias por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art.136 Os titulares dos imóveis relacionados na forma do inciso IV do Artigo anterior terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, ou apresentação de argumentação fundamentada que motive a impugnação.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida ao Órgão fazendário da Prefeitura através de petição fundamentada que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da contribuição de melhoria.

Art.137 Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art.138 A notificação do lançamento, diretamente ou por edital, conterá:

I – Identificação do contribuinte e valor da contribuição de melhoria cobrada;

II – Prazos para pagamento, de uma só vez ou parceladamente, e respectivos locais de pagamento;

III – Prazo para reclamação.

Parágrafo único. Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação de lançamento, não inferior a 20 (vinte) dias, o contribuinte poderá apresentar reclamação por escrito contra:

I – Erro na localização ou na área territorial do imóvel;

II – Valor da contribuição de melhoria;

III – Número de prestações.

Art.139 Os requerimentos de impugnação, de reclamação e quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras nem terão efeito de obstar a Prefeitura Municipal na prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da contribuição de melhoria, não sendo extensivo aos demais contribuintes que não apresentaram impugnação.

SEÇÃO VI
ARRECADAÇÃO

Art.140 A contribuição de melhoria poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I – O pagamento de uma só vez gozará do desconto de 10% (dez por cento), se efetuado tempestivamente;

O pagamento parcelado sofrerá juros de 1% (um por cento) ao mês e as parcelas terão os seus valores fixados em Unidade Fiscal do Município - UFM.

Art.141 No caso de pagamento parcelado, os valores serão calculados de modo que o total anual não exceda a 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, constante do cadastro imobiliário fiscal e atualizado à época da cobrança.

Art.142 O atraso no pagamento das prestações sujeita o contribuinte a multa de 20% (vinte por cento) e a juro de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados sobre o valor da parcela.

SEÇÃO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.143 Fica o Prefeito expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar Convênio com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da contribuição de melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

Art.144 O Prefeito Municipal poderá delegar a Entidades da Administração Indireta as funções de cálculo, cobrança e arrecadação da contribuição de melhoria.

Art.145 Do produto da arrecadação da contribuição de melhoria, no mínimo 40% (quarenta por cento) constituirão receita de capital destinada à aplicação em obras geradoras do tributo.

Parágrafo único. No caso das obras serem executadas ou fiscalizadas por Entidade da Administração Indireta, o valor arrecadado que constitui receita de capital lhe será automaticamente repassado ou retido, caso a Entidade esteja autorizada a arrecadar para aplicação em obras geradoras do tributo.

LIVRO SEGUNDO
PARTE GERAL
TÍTULO I
DAS NORMAS GERAIS
CAPÍTULO I
DA LEGISLAÇÃO FISCAL

Art.146 Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa será considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento da obrigação tributária, senão em virtude desta Lei ou de Lei subsequente.

Art.147 A Lei Fiscal entra em vigor na data de sua publicação, salvo as disposições que majorem tributos, definam novas hipóteses de incidência e extingam ou reduzam isenções, que só produzirão efeitos a partir de 1º (primeiro) de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo único. A Lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando:

I – For expressamente interpretativa, excluindo a aplicação de penalidades à infração dos dispositivos interpretados;

II – Tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) deixe de defini-lo como infração;

b) Deixe de defini-lo como obrigação acessória;

c) Colmine-lhe penalidade menos severa que a prevista na Lei vigente ao tempo de sua prática.

Art.148 São parte integrante da legislação tributária, além das Leis e Decretos, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas e as práticas reiteradamente adotadas pelas autoridades fiscais em observância à Lei.

CAPÍTULO II
DOS ÓRGÃOS FAZENDÁRIOS

Art.149 Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição desta Lei, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelo Órgão fazendário ou pelas Entidades às quais, por Lei ou Convênio, tal atribuição seja delegada.

Art.150 Os Órgãos e servidores incumbidos da cobrança dos tributos e da fiscalização, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e a fiel observância das Leis Fiscais.

§ 1º Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência aos Órgãos responsáveis.

§ 2º As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que, dolosamente ou por descaso, lesarem ou tentarem lesar o Fisco.

Art.151 Os Órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser

preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Art.152 São autoridades fiscais, para efeito desta Lei, as que têm jurisdição e competência definidas em Leis e regulamentos.

CAPITULO III
DO SUJEITO PASSIVO

Art.153 O sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e será considerado:

I – Contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II – Responsável: quando, sem se revestir da condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas desta Lei.

Art.154 Sujeito passivo da obrigação tributária acessória é a pessoa obrigada as prestações que constituam seu objeto.

Art.155 São pessoalmente responsáveis:

I – O adquirente, pelos débitos relativos a bem imóvel existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação, limitada essa responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – O espólio, pelos débitos tributários do "de cujus" existentes à data de abertura da sucessão;

III – O sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários do "de cujus" existentes até a data da partilha ou da adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Art.156 A pessoa jurídica de direito privado que resulta de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos, até a data do ato, pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste Artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade é continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou ainda sob firma individual.

Art.157 A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato:

I - Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, da indústria ou da atividade tributados;

II – Subsidiariamente, com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou serviço.

Art.158 Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

I – Os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;

II – Os tutores e curadores, pelos débitos tributários de seus tutelados ou curatelados;

III – Os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;

IV – O inventariante, pelos débitos tributários do espólio;

V – O síndico e o comissário, pelos débitos tributários da massa falida ou do concordatário;

VI – Os tabeliões, os escrivães e os demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles em razão de seu ofício;

VII – Os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Parágrafo único. Ao disposto neste Artigo somente se aplicam as penalidades de caráter pecuniário determinadas nesta Lei.

Art.159 São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de Lei, contrato social ou estatutos:

I – As pessoas referidas no Artigo anterior;

II – Os mandatários, os prepostos e os empregados;

III – Os diretores, os gerentes ou os representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Art.160 O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa; quando esta julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei.

§ 2º Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 20 (vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, pessoalmente ou por via postal, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo de aplicação das penalidades legais cabíveis.

CAPÍTULO IV
DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art.161 Considera-se domicílio tributário do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I – Tratando-se de pessoa física, o lugar onde habitualmente reside e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontra a sede principal de suas atividades ou negócios;

II – Tratando-se de pessoas jurídica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos;

III – Tratando-se de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

Art.162 O domicílio tributário será consignado nas petições, guias ou outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Municipal.

Parágrafo único. Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão toda mudança de domicílio no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da ocorrência.

CAPÍTULO V
DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art.163 A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objetivo o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações positivas ou negativas nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.

Art.164 Os contribuintes ou quaisquer responsáveis por tributos facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a

cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I – Apresentar declarações e guias, e a escriturar, em livros próprios, os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas desta Lei e dos regulamentos fiscais;

II – Comunicar à Fazenda Municipal, dentro do prazo legal contado a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária;

III – Conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

IV – Prestar sempre que solicitados pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do Fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.

Parágrafo único. Mesmo no caso de imunidade e isenção ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste Artigo.

Art.165 O Fisco poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força da Lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.

§ 1º As informações obtidas por força deste Artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizados em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município.

§ 2º Constitui falta grave, punível nos termos da Lei, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exigidos.

CAPÍTULO VI

DO FATO GERADOR

Art.166 Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em Lei como necessária e suficiente para a sua ocorrência.

Art.167 Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a obtenção de ato que não configure obrigação principal.

CAPÍTULOVII
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
LANÇAMENTO

Art.168 Lançamento, é o procedimento privativo da autoridade fiscal municipal destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária, correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte e, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Art.169 O ato do lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, atendendo às determinações da legislação municipal pertinente, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas nesta Lei.

Art.170 O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela Lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo único. Aplica-se ao lançamento a legislação que posteriormente ao nascimento da obrigação, haja estabelecido novos métodos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades fiscais.

Art.171 Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do Órgão fazendário competente.

Art.172 O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma nas épocas estabelecidas nesta Lei e em regulamento.

Parágrafo único. As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

Art.173 Far-se-á o lançamento de ofício com base nos elementos disponíveis, independentemente de aplicação de multas cabíveis de acordo com esta Lei:

I – Quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;

II – Quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatoriamente, no prazo e na forma legais pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.

Art.174 O lançamento do tributo independe:

I – Da validade jurídica dos atos efetivamente praticados por contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II – Dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art.175 O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

§ 1º Quando o Município permitir que o contribuinte eleja domicílio tributário fora de seu território, a notificação far-se-á por via postal registrada, com aviso de recebimento.

§ 2º A notificação far-se-á por publicidade em Órgão da imprensa local ou por edital afixado na Prefeitura na impossibilidade da entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

Art.176 Será sempre de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo para máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado, especificamente, nesta Lei.

Parágrafo único. Se encerrado o prazo, estipulado no caput, sem que o contribuinte tenha efetuado o recolhimento e apresentado recurso. Será o contribuinte declarado revel e pode assim ser inscrito em Dívida Ativa.

Art.177 A notificação de lançamento conterá:

I – O endereço do imóvel tributário, se for o caso;

II – O nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;

III – A denominação do tributo e o exercício a que se refere;

IV – O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;

V – O prazo para recolhimento;

VI – O comprovante, para o Órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Parágrafo único. A notificação prevista no § 2º do Artigo 190 poderá ser feita de forma resumida.

Art.178 Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato. Parágrafo único. A omissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art.179 O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só poderá ser alterado em virtude de:

I - Impugnação do sujeito passivo;

II - Recurso de ofício;

III - Iniciativa de ofício da autoridade fiscal quando essa promove, por qualquer motivo, causado por ação ou omissão do sujeito passivo, de terceiros ou da Administração, inexatidão dos dados lançados.

Parágrafo único. Nos casos de auto lançamento, sua retificação, por iniciativa do próprio contribuinte, só será admissível quando vise reduzir ou excluir o tributo, mediante comprovação do erro em que se fundamenta.

SEÇÃO II
SUSPENSÃO

Art.180 O Prefeito poderá, a requerimento do sujeito passivo, conceder novo prazo para pagamento do débito tributário, observadas as seguintes condições:

I – Não se concederá por mais que duas vezes e em relação ao mesmo contribuinte, parcelamento relativo a débitos incidentes sobre imóveis não edificados.

II – O número de prestações não excederá a 12 (doze), e não deve ultrapassar o último mês do ano civil, e seu vencimento será mensal e consecutivo, vencendo juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração;

III – Para cada parcela o saido devedor será utilizado monetariamente, a partir da data originária do vencimento do tributo, com base nos índices oficiais de correção monetária;

IV – O não pagamento de 2 (duas) prestações, consecutivas ou não, implicará o cancelamento automático do parcelamento, independente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se a inscrição do saldo devedor em dívida ativa e respectiva cobrança judicial.

Parágrafo único. A moratória solicitada após vencimento dos tributos implicará a inclusão, no montante do débito tributário, do valor das penalidades pecuniárias aplicáveis até a data em que a petição for protocolada.

Art.181 A concessão da moratória não gera direito adquirido e será revogada, de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os

requisitos para obtenção do favor, cobrando-se de mediato a totalidade do débito remanescente:

I – Com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiros em benefício daquele;

II – Sem imposição de penalidades nos demais casos.

Parágrafo único. Na revogação de ofício da moratória, em consequência do dolo ou simulação do beneficiário daquela, não se computará, para efeito de prescrição do direito a cobrança do crédito, o tempo decorrido entre a sua concessão e a sua revogação.

Art.182 A moratória em caráter geral poderá ser concedido por Lei, para determinada região ou determinada classe ou categoria de sujeitos passivos, desde que, fundamentadamente, por motivo de relevante caráter sócio econômico ou calamidade pública.

Art.183 A prorrogação da data de vencimento de tributos não caracteriza a moratória e poderá ser promovida a qualquer tempo, por Lei.

Art.184 O depósito do montante integral da obrigação tributária poderá ser efetuado pelo sujeito passivo e suspenderá a exigibilidade do crédito tributário a partir da data de sua efetivação na Tesouraria Municipal ou de sua consignação judicial.

Art.185 Entende-se por moratória, para os efeitos desta Lei, a dilatação de prazo concedido para o pagamento da dívida, baseada em razões imperiosas de interesse público.

Art.186 O depósito do montante integral da obrigação tributária poderá ser efetuado pelo sujeito passivo e suspenderá a exigibilidade do crédito tributário a partir da data de sua efetivação na Tesouraria Municipal ou de sua consignação judicial.

Art.187 A impugnação, a defesa e o recurso à segunda instância administrativa, bem como a concessão de medida liminar em mandado de

segurança, suspendem a exigibilidade do crédito tributário, independentemente do prévio depósito.

Art.188 A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal ou dela consequentes.

Art.189 Os efeitos suspensivos cessam pela extinção ou pela exclusão do crédito tributário, pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ou sujeito passivo e pela cassação ou revogação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

SEÇÃO III
EXTINÇÃO

Art.190 Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os Servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

§ 2º Pela cobrança a menor de tributo, responde, perante a Fazenda Municipal, solidariamente, o Servidor culpado, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Art.191 Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em Órgão Arrecadador Municipal ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de nulidade.

Parágrafo único. Não serão aceitos pagamentos de tributos lançados de ofício sem a quitação dos débitos anteriores a ele relativos.

Art.192 É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art.193 O tributo e os demais créditos tributários não pagos na data do vencimento serão pagos antes de qualquer procedimento Fiscal, de acordo com os seguintes critérios, se outros não estiverem especificamente previstos:

I – O principal será atualizado monetariamente mediante a utilização de índices oficiais de correção monetária;

II – Sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

a) Multa de 10% (dez por cento) até 30 (trinta) dias de atraso;

b) Multa de 20% (vinte por cento) de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso;

c) Multa de 30% (trinta por cento) de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias de atraso;

d) Multa de 40% (quarenta por cento) de 91 (noventa e um) a 120 (cento e vinte) dias de atraso;

e) Multa de 50% (cinquenta por cento) acima de 120 (cento e vinte) dias de atraso;

f) juros de mora será aplicado razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês, qualquer fração superior a 5 (cinco) dias.

Art.194 O sujeito passivo terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributo ou demais créditos tributários, nos seguintes casos:

I – Cobrança cu pagamento espontâneo de tributo indevido ou em valor maior que o devido, em face da legislação tributária, ou da natureza, ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou na conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebe-la.

§ 2º A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na mesma proporção dos juros de mora, das penalidades pecuniárias e dos demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se os acréscimos referentes a infrações de caráter formal.

Art.195 O Executivo Municipal poderá determinar que a restituição se processe através da compensação.

Art.196 O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se ao final do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I – Nas hipóteses dos incisos I e II do Artigo 205, da data extinção do crédito tributário;

II – Na hipótese do inciso III do Artigo 205, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenham reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art.197 Prescreve 2 (dois) anos o direito de pleitear anulação de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da citação validamente feita ao representante judicial do Município.

Art.198 O pedido de restituição será feito a autoridade fiscal através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou da irregularidade do crédito.

§ 1º O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário a verificação da procedência da medida, a juízo da autoridade fiscal.

§ 2º Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadados por erro cometido pelo Fisco ou pelo contribuinte, regularmente apurado, a restituição será feita de ofício, mediante determinação da autoridade competente, devidamente formalizada.

Art.199 A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes à infração de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art.200 A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da decisão final, após a publicação da sentença pelo deferimento do pedido.

Art.201 Só haverá restituição de quaisquer importâncias após decisão definitiva, na esfera administrativa favorável ao contribuinte.

Art.202 Fica o Executivo Municipal autorizado, a seu critério, a compensar débitos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal nas condições e sob as garantias que estipular.

Parágrafo único. Sendo vincendo o crédito tributário do sujeito passivo, o montante de seu valor atual será reduzido a 1% (um por cento) por mês que ocorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Art.203 Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar transação entre os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, que, mediante concessões mútuas, importe em terminação do litígio e consequente extinção do crédito tributário, desde que ocorra ao menos uma das seguintes condições:

I – O litígio tenha como fundamento obrigação tributária cuja expressão monetária seja inferior à Unidade Fiscal do Município;

II – A demora na solução do litígio seja onerosa para o Município;

III – O montante do tributo tenha sido fixado por arbitramento ou estimativa.

Art.204 A Lei poderá autorizar o Poder Executivo a conceder remissão total ou parcial do crédito tributário, nos seguintes casos:

I – Notória pobreza do contribuinte;

III – Calamidade pública.

Parágrafo único. A concessão referida neste Artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários a sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

Art.205 O direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:

I – Da data em que tenha sido notificada ao sujeito passivo qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento;

II – Do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado.

III – Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

§ 1º O prazo de decadência não admite interrupção ou suspensão.

§ 2º Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do Parágrafo único do Artigo 229 no tocante à apuração de responsabilidade e à caracterização da falta

Art.206 A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos contados da data de sua constituição definitiva.

§ 1º A prescrição se interrompe, começando de novo sua contagem a partir dessa data:

I – Pela citação pessoal feita ao devedor;

II – Pelo protesto judicial;

III – Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV – Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito devedor.

§ 2º A prescrição se suspende:

I – Durante prazo de concessão de moratória ou remissão e sua revogação, se obtido através de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele;

II – A partir da inscrição do débito em dívida ativa, por 180 (cento e oitenta) dias, ou até a distribuição da execução fiscal se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

Art.207 Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades administrativas.

Parágrafo único. A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributários sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos.

Art.208 As importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição ou consignadas judicialmente para efeito de discussão, serão, após decisão definitiva, no total ou em parte, restituídas de ofício ao impugnante ou convertidas em renda a favor do Município.

Parágrafo único. Entende-se por decisão definitiva para os efeitos desta Lei, aquela que na esfera administrativa ou judicial não mais comporte recurso.

Art.209 Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

I – Declare a irregularidade de sua constituição;

II – Reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III – Exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

VI – Declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

Parágrafo único. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado à decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de sua suspensão da exigibilidade do crédito, previstas nos Artigos 212 e 213.

SEÇÃO IV
EXCLUSÃO

Art.210 A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal ou dela consequentes.

Art.211 A isenção, quando concedida em função do preenchimento de determinadas condições ou do cumprimento de requisitos, dependerá de reconhecimento anual pelo Executivo, antes da expiração de cada exercício mediante requerimento do interessado em que prove enquadrar-se nas situações exigidas pela Lei concedente.

Art.212 A concessão de outras isenções não previstas nesta Lei apoiar-se-á em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e dependerá de Lei, atendido ao disposto na Lei Orgânica do Município.

Art.213 A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições a serem cumpridas pelo beneficiário, pode ser revogada ou modificada por Lei a qualquer tempo, passando a vigorar 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Art.214 As isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo se expressamente estabelecidas na Lei de concessão de benefício.

Art.215 Nenhuma anistia será concedida a qualquer contribuinte a não ser por Lei e nos termos da Lei Orgânica do Município.

§ 1º A anistia, quando não concedida em caráter geral, será efetivada através de Lei, cuja iniciativa deverá sustentar-se em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em Lei para a concessão.

§ 2º O despacho referido neste Artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para concessão ou favor, cobrando-se o crédito atualizado e acrescido de juros de mora.

Art.216 A concessão de anistia implica perdão da infração, não constituindo esta antecedente para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras qualquer natureza a ela cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

Parágrafo único. Não É objeto de anistia a atualização monetária do tributo.

CAPÍTULO VIII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.217 As infrações a esta Lei serão punidas com as seguintes penas:

I – Multa;

II – Proibição de transacionar com as repartições municipais;

III – Agravamento da multa;

IV – Sujeição ao regime especial de fiscalização;

V – Suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais.

Parágrafo único. Em relação ao funcionamento de estabelecimentos são ainda previstas as seguintes penas:

VI – Não concessão da licença;

VII – Suspensão da licença;

III – Cassação da licença.

Art.218 Serão punidas:

I – Com multa 100% (cem por cento) da UFRM quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, elidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;

II – Com multa de 10% (dez por cento) da UFRM, quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivos da Legislação Tributária do Município, para os quais não tenham sido especificadas as penalidades próprias.

Art.219 Os contribuintes que se encontrarem em débito para com a Fazenda Municipal não poderão dela receber quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações públicas ou de administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou realização de obras e prestação de serviço aos Órgãos da Administração Municipal direta ou indireta, bem como gozar de quaisquer benefícios fiscais.

Art.220 Independentemente dos limites estabelecidos nesta Lei, a reincidência em infração da mesma natureza punir-se-á com acréscimo de 30% (trinta por cento) e, a cada nova reincidência, aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. Considera-se reincidência a repetição de infração a um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de definitivo a decisão administrativa condenatória referente a infração anterior.

Art.221 O contribuinte que reincidir na violação das normas estabelecidas nesta Lei e em outras Leis e regulamentos municipais poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Parágrafo único. O regime especial de fiscalização de que trata neste Artigo será definido em regulamento.

Art.222 Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem disposições desta Lei ficarão privadas, por um exercício, e, no caso de reincidência, definitivamente, da concessão do benefício.

Parágrafo Único. As penas previstas neste Artigo serão aplicadas em representação nesse sentido devidamente comprovada, em processo próprio, depois de aberta defesa aos interessados nos prazos legais e transitado em julgado.

Art.223 Apurando-se no mesmo processo, infração de mais de uma disposição desta Lei pela mesma pessoa, serão aplicadas todas as penalidades cumulativas.

Art.224 Apurada a responsabilidade de diversas pessoas, não vinculadas por coautoria ou cumplicidade, importar-se-á a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Art.225 O contribuinte ou o responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade por ação fiscal, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§ 2º A apresentação de documento obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste Artigo.

Art.226 Não se procederá contra Servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art.227 A aplicação da penalidade de natureza civil, criminal ou administrativa e o seu cumprimento em caso algum dispensam o pagamento do tributo devido, da correção monetária, dos juros de mora e das multas.

Art.228 As multas de que tratam esta Lei serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude, dolo ou sonegação de tributos.

Art.229 A omissão do pagamento de tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos da Lei.

§ 1º Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possa admitir involuntária a omissão do pagamento.

§ 2º Em qualquer caso considerar-se-á como fraude a reincidência na omissão de que trata este Artigo.

§ 3º Conceitua-se também como fraude o não pagamento do tributo, tempestivamente, quando o contribuinte o deva recolher a seu próprio requerimento, formulado este antes de qualquer diligência fiscal e desde que a negligência perdure após decorridos 8 (oito) dias contados da data de entrada desse requerimento na repartição arrecadadora competente.

Art.230 A coautoria e a cumplicidade, nas infrações ou tentativa de infração aos dispositivos desta Lei, implicam os que praticarem e responderem solidariamente com os autores pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeitos às mesmas penas fiscais impostas a estes.

Art.231 Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas:

I – Contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal eletrônica e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

II – Manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

III – Remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores e a base de cálculo de obrigações tributárias;

IV – Omissão de lançamentos nos livros, fichas, declarações ou guias de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

Art.232 É considerada crime de sonegação fiscal, cujas providências para punição obedecerão a rito próprio, a prática, pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

I – Prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do Fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por Lei;

II – Inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas Leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III – Alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributárias com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV – Fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Parágrafo único. O Prefeito Municipal providenciará para que sejam encaminhadas à autoridade competente as apurações contidas nos incisos anteriores a fim de dar prosseguimento à necessária punição do ato.

SEÇÃO II
PENALIDADES FUNCIONAIS

Art.233 Serão punidos com multa equivalente a 5 (cinco) UFRM:

I – Os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte quando por este solicitado na forma desta Lei;

II – Os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhe acarretar nulidade.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa será elevada para 10 (dez) UFRM, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei.

Art.234 As multas serão impostas pelo Prefeito, mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser o Estatuto dos Funcionários Municipais.

Art.235 O pagamento de multa decorrente de processo fiscal se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

TÍTULO II
DO PROCEDIMENTO FISCAL TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SEÇÃO I
CONSULTA

Art.236 Ao contribuinte ou ao responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes de ação fiscal e em obediência às normas aqui estabelecidas.

Art.237 A consulta será dirigida ao titular da Fazenda Municipal com a apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art.238 Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo único. Os efeitos previstos neste Artigo não produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvido por decisão administrativa definitiva ou judicial, passada em julgado.

Art.239 A resposta à consulta será respeitada pela Administração, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art.240 Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá todos os casos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederem de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Parágrafo único. Enquanto o contribuinte, protegido por consulta, não for notificado de qualquer alteração posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficará amparado em seu procedimento pelos termos da resposta a sua consulta.

Art.241 A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Parágrafo único. O consulente poderá evitar a atualização monetária e a oneração do débito por multa e juros de mora efetuando o seu pagamento ou prévio depósito administrativo das importâncias que, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação ao consulente.

Art.242 A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua

notificação, desde que fundamentado em novas alegações, abrindo-se novo prazo de 30 (trinta) dias para a resposta.

SEÇÃO II

CERTIDÕES

Art.243 A pedido do contribuinte, em não havendo débito de sua responsabilidade, será fornecidá certidão negativa dos tributos municipais, nos termos do requerido.

Art.244 A certidão será fornecida dentro de 10 (dez) dias a contar da data de entrega do requerimento nas repartições, sob pena de responsabilidade funcional.

Art.245 Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos:

I – Não vencidos;

II – E m curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;

III – Cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art.246 A certidão negativa fornecida não exclui o direito da Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art.247 O Município não celebrará contrato, aceitará proposta em concorrência pública, concederá licença para construção ou reforma e habite-se, nem aprovará planta de loteamento sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos a qualquer débito existente em nome no contribuinte.

Art.248 A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, pessoalmente o Funcionário que a expediu, pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo único. O disposto neste Artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e é extensivo a quantos colaborarem, por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

SEÇÃO III

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Art.249 As importâncias relativas a tributos e seus acréscimos, bem como a quaisquer outros débitos tributários lançados mas não recolhidos, constitui dívida ativa a partir da data da sua inscrição regular.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui para os efeitos deste Artigo, a liquidez do crédito.

Art.250 A Fazenda Municipal inscreverá em dívida ativa, a partir do primeiro dia útil do exercício seguinte ao do lançamento dos débitos tributários, os contribuintes inadimplentes com suas obrigações.

§ 1º Sobre os débitos inscritos em dívida ativa incidiram atualização monetária, multa e juros, a contar da data de vencimento dos mesmos.

§ 2º No caso de débito com pagamento parcelado, considerar-se-á data de nascimento, para efeito de inscrição, aquela da primeira parcela não paga.

§ 3º Os débitos serão cobrados amigavelmente antes de sua execução.

Art.251 O termo de inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I – O nome do devedor, dos corresponsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outro;

II – O valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e os demais encargos previstos em Lei;

III – A origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

IV – A indicação de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V – A data e o número da inscrição no Livro de Dívida Ativa;

VI – Sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se nele estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º A certidão conterá, além dos requisitos deste Artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art.252 A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no Artigo anterior ou o erro a eles relativos são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderão versar sobre a parte modificada.

Art.253 O débito inscrito em dívida ativa, a critério do Órgão fazendário e respeitado o disposto no inciso I do Artigo 200, poderá ser parcelado em até 10 (dez) pagamentos mensais e sucessivos.

§ 1º O parcelamento só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará o reconhecimento da dívida.

§ 2º O não pagamento de quaisquer das prestações, na data fixada no acordo, importará no vencimento antecipado das demais cobranças do crédito, ficando proibida sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito

Art.254 Não serão inscritos em dívida ativa os débitos constituídos antes da vigência desta Lei, cujos valores atualizados, incluindo as penalidades, sejam inferiores a 10% (dez por cento) da UFRM.

Art.255 Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais:

I – Legalmente prescritos;

II – Cujo o valor atualizado, incluindo as penalidades, sejam inferiores a 10% (dez por cento) da UFRM;

III – De contribuintes que hajam falecido deixando apenas bens de pequeno valor.

Parágrafo único. O cancelamento será determinado de ofício nos casos dos incisos I e II ou a requerimento da pessoas interessada, no caso do inciso

III, desde que fiquem comprovada a morte do devedor e a inexistência de bens de valor, ouvidos os Órgãos fazendários e jurídicos da Prefeitura.

Art.256 As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, serão reunidas em um só processo.

Art.257 O recebimento de débitos fiscais constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva será feito exclusivamente à vista, através de guias em 2 (duas) vias expedidas pelos escrivães ou advogados, com o visto do Órgão jurídico da Prefeitura incumbido da cobrança judicial da dívida ativa.

Art.258 As guias que serão datadas e assinadas pelos emitentes conterão:

I – O nome do devedor e seu endereço;

II – O número da inscrição da dívida;

III – A importância total do débito e o exercício ou período a que se refere;

IV – A multa, os juros de mora e a correção monetária a que tiver sujeito o débito;

V – As custas judiciais.

Art.259 Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa com dispensa da multa, dos juros de mora e da correção monetária.

§ 1º Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste Artigo, é o Funcionário responsável obrigado, além da pena disciplinar a que se estiver sujeito, a recolher aos cofres do Município o valor da multa, dos juros de mora e da correção monetária que houver dispensado.

§ 2º O disposto neste Artigo se aplica, também, ao Servidor que reduzir ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa com ou sem autorização superior.

Art.260 É solidariamente responsável com o Servidor, quanto à reposição das quantias relativas à redução, à multa e aos juros de mora e à correção

monetária mencionados nos dois Artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar àquelas concessões, salvo se o fizer em cumprimento de mandado judicial.

Art.261 Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva cessará a competência do Órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo Órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

SEÇÃO IV
FISCALIZAÇÃO

Art.262 Competente à Fazenda Municipal, pelos Órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

§ 1º Iniciada a fiscalização ao contribuinte, terão os agentes fazendários o prazo de 30 (trinta) dias para concluí-lo, contados a partir da entrega dos documentos fiscais necessários à execução do trabalho, salvo quando esteja ele submetido a regime especial de fiscalização.

§ 2º Havendo justo motivo, o prazo referido no Parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Fazenda Municipal pelo período por este fixado.

Art.263 A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas ao cumprimento de obrigações tributárias, inclusive aquelas imunes ou isentas.

Parágrafo único. A autoridade fiscal terá ampla faculdade de fiscalização, podendo especialmente:

I – Exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;

II - apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas nesta Lei.

Art.264 A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada e será facultado à Fazenda Municipal o arbitramento dos diversos valores, observado o disposto nos Artigos 65 à 67.

Art.265 O exame de livros, arquivos, documentos, papéis de efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou da penalidade, ainda que já lançados e pagos.

Art.266 Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade fiscal todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I – Os tabeliões, os escrivães e os demais serventuários de ofício;

II – Os bancos, as caixas econômicas e as demais instituições financeiras;

III – As empresas de administração de bens;

IV – Os corretores, os leiloeiros e os despachantes oficiais;

V – Os inventariantes;

VI – Os síndicos, os comissários e os liquidatários;

VII – Quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao Fisco.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste Artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo.

Art.267 Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos, da Fazenda Municipal, de qualquer informação obtida em razão de ofício sobre a situação econômico

financeira e sobre a natureza e o estado dos negócios ou das atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste Artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos Órgãos do Município, e entre este e a União, os Estados e os outros Município.

§ 2º A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita à penalidade da legislação pertinente.

Art.268 As autoridades fiscais do Município, poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

Art.269 A autoridade fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar no qual constarão, além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º O auto será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o fiscalizado ou infrator, e poderá ser datilografado ou impresso em relação as palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos a mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

§ 2º Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do auto autenticado pela autoridade, contra recibo no original

§ 3º A recusa do recebido que será declarada pela autoridade não traz proveito ao fiscalizado ou infrator nem o prejudica.

§ 4º Os dispositivos do Parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o

documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes definidos pela Lei civil.

§ 5º A autoridade fiscal poderá, caso o exame ou diligência encerre-se no mesmo dia e não sendo verificado qualquer descumprimento de obrigação tributária, em substituição ao auto de fiscalização, assinar e datar o verso do alvará.

CAPÍTULO II
DAS MEDIDAS PRELIMINARES E INCIDENTES
SEÇÃO I
NORMAS GERAIS

Art.270 Considera-se iniciado o procedimento fiscal-administrativo:

I – Com a impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente;

II – Com a lavratura da notificação preliminar ou a intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse para Fazenda Municipal;

III – Com a lavratura do auto de apreensão;

IV – Com a lavratura de auto de infração;

V – Com qualquer ato escrito de agente do Fisco, que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do fiscalizado.

SEÇÃO II
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art.271 Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributos ou qualquer infração de Lei ou regulamento de que possa resultar evasão de

receita, será expedida, contra o infrator, notificação preliminar para que, no prazo de até 8 (oito) dias, regularize a situação.

§ 1º Esgotado o prazo de que trata este Artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

§ 2º Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração, quando o contribuinte recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

Art.272 A notificação preliminar será feita em fórmula destacada de talonário próprio, no qual ficará cópia a carbono com o "ciente" do notificado e conterá os elementos seguintes:

I – Nome do notificado;

II – Local, dia e hora da lavratura;

III– Descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal de fiscalização quando couber;

IV – Valor do tributo e da multa devidos; V – Assinatura do notificante.

Art.273 Considera-se convencido do débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar da qual não caiba recurso ou defesa.

Art.274 Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

I – Quando for encontrado no exercício de atividade tributável sem prévia inscrição.

II – Quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se do pagamento do tributo;

III – Quando for manifesto o ânimo de sonegar;

IV – Quando incidir em nova falta da qual poderia resultar evasão de receita antes de decorrido 1 (um) ano contado da última notificação preliminar.

SEÇÃO III

AUTO DE APREENSÃO

Art.275 Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestador de serviço do contribuinte, responsável ou de terceiros, em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração tributária, estabelecida nesta Lei ou em regulamento.

Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia será promovida busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art.276 Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, os procedimentos a ele relativos.

Parágrafo único. O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo da autoridade.

Art.277 Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art.278 As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis e/ou cumprimento das exigências legais podendo ficar retidos até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Art.279 Se o autuante não provar o preenchimento de todas as exigências legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º Apurando-se na venda importância superior ao tributo e à multa devidos, será o autuado notificado no prazo de 5 (cinco) dias para receber excedente, ou para receber o valor total da venda, caso nada seja devido, e se em ambas as situações já não houver comparecido para fazê-lo.

SEÇÃO IV
IDNR – AINR E AUTO DE INFRAÇÃO

Art.280 O IDNR – Imposto Declarado e Não Recolhido, irá substituir o Auto de Infração, por ser um levantamento de oficio, para os contribuintes que declararem e registrarem em livro próprio, os seus balancetes balanços livro caixa – estes para a empresa do SIMPLES NACIONAL, para entidade financeiras prestações de contas por meio da contabilidade ou prestações presentadas ao Banco Central.

I – O IDNR, deverá conter: identificação do sujeito passivo, do sujeito ativo, data do levantamento, se o levantamento for dos últimos 5 (cinco) anos, poderá ser lavrado em um único documento, apresentando o período do levantamento, o valor dos serviços sujeito ao ISS, que será a base de cálculo, a alíquota aplicada, e o valor do Imposto, local para o contribuinte ou seu representante legal, tomar ciente da lavratura e identificação do responsável pela entidade, e assinatura do auditor;

II – O AINR Autorização do Imposto Não Recolhido: deverá conter todos os dados citado no preenchimento do IDNR;

III – O IDNR e o AINR, não dar-se direito a defesa por parte do contribuinte, por ser uma declaração lavrada pelo contribuinte, e o AINR Autorização para Imposto tem a autorização do sujeito ativo, para emitir a nota fiscal eletrônica por meio do AIDF, Autorização para impressão de documento fiscal, e a NF'e, Nota Fiscal Eletrônica será emitida como prova da execução do serviço, portanto na NF'e, se encontra o fato gerador do imposto.

IV – O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

a) mencionar o local, o dia e hora da lavratura;

b) referir-se ao nome do autuado e das testemunhas, se houver;

c) descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou o regulamentar violado e fazer referência ao auto de fiscalização ou à notificação preliminar em que se consignou a infração, quando for o caso;

d) conter intimação ao autuado para em 10 (dez) dias, pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa ou provas.

§ 1º As omissões ou incorreções da Notificação Auto de Infração, não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para determinação da infração e do infrator.

§ 2º A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica confissão, nem a recusa agravará sua pena.

§ 3º Se o autuado, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Art.281 O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão e então conterá também os elementos deste.

Art.282 Da lavratura do auto será intimado o autuado:

I – Pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao próprio, se o representante ou preposto contra recibo datado no original;

II – Por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III – Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio tributário do autuado.

Art.283 A intimação presume-se feita:

I – Quando pessoal, na data do recibo;

II – Quando, por carta, na data do recibo de volta e, se for esta omitida, 15 (quinze) dias após a entrada da carta no correio;

III – Quando por edital, no término do prazo, contado este da data da afixação ou da publicação e no diário oficial do município;

Art.284 Conformando-se o autuado com o despacho da autoridade Administrativa e desde que efetue o pagamento da importância exigidas dentro do prazo para prestação da defesa o valor das multas será reduzido em 50% (cinquenta por cento) e o procedimento tributário arquivado.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
IMPUGNAÇÃO

Art.285 O contribuinte que não concordar com o lançamento do Auto de Infração, porém não impugnará os levantamentos efetuados no IDNR ou AINR, poderá, por petição, impugná-lo no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação no Órgão oficial, da afixação do edital ou do recebimento da notificação.

Art.286 A impugnação instaurará a fase contraditória do procedimento.
Parágrafo único. A impugnação do lançamento mencionará:

I – A autoridade julgadora de primeira instância a quem é dirigida;

II – A qualificação do interessado e o endereço para intimação;

III – Os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

IV – As diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas suas razões;

V – O objetivo visado;

VI – Documentos comprobatórios da argumentação for o caso.

Art.287 O impugnador será intimado do despacho no próprio processo mediante assinatura, por via postal registrada, ou ainda por edital quando se encontrar em local incerto ou não sabido.

Art.288 O funcionário responsável pelo lançamento terá 10 (dez) dias para instruir o processo a partir da data de seu recebimento.

Art.289 Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnados serão atualizados monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º O sujeito passivo poderá evitar a aplicação dos acréscimos na forma deste Artigo, desde que efetue o prévio depósito administrativo, na Tesouraria do Município, da quantia total exigida.

§ 2º Julgada improcedente a impugnação, o sujeito passivo arcará com as custas processuais que houver.

Art.290 Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do despacho ou da decisão, as importâncias acaso depositadas, atualizadas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o depósito.

SEÇÃO II
DEFESA

Art.291 O autuado que não concordar com o auto de infração ou o auto de apreensão apresentará defesa no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da intimação.

Art.292 A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde ocorrer o processo, contra recibo.

Art.293 Na defesa, o autuado alegará a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que constarem de documentos e, sendo o caso, arrolará as testemunhas, até o máximo de 3 (três).

Art.294 O sujeito passivo poderá, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores relativos a essa parte ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art.295 Apresentada defesa, terá o autuante o prazo de 10 (dez) dias para instruir o processo a partir da data de seu recebimento.

Parágrafo Único. Aceita-se representação por advogado devidamente qualificado no processo com procuração.

SEÇÃO III
PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art.296 As impugnações a lançamentos e as defesas de autos de infração e de apreensão serão decididas, em primeira instância administrativa, pelo titular da Fazenda Municipal.

Art.297 Solicitada, tempestivamente, diligências pelo impugnador e produção de provas pelo autuado, a autoridade fiscal competente definirá sua realização no prazo de 10 (dez) dias, desde que não sejam claramente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias, e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que devam ser realizadas.

I – O Julgamento em primeira e segunda instâncias, serão aplicadas apenas para o auto de infração, este lançamento será aplicado quando o contribuinte constituir ilegalidades que levem ao dolo, sonegação ou crime contra a ordem tributária.

II – O julgador em primeira instancia será o Secretário Municipal de Finanças, e o Julgador em segunda instancia será o procurador geral do município.

Art.298 As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do Artigo anterior.

§ 1º A autoridade fiscal ou o perito designado que presidir ou proceder a exames e diligências fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar no qual constarão, além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 2º O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o autuado ou impugnador, e poderá ser datilografado ou impresso em relação as palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos a mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

§ 3º Ao autuado ou impugnador dar-se-á cópia do termo autenticado pela autoridade, contra recibo no original.

§ 4º A recusa do recibo que será declarada pela autoridade não traz proveito ao autuado ou impugnador, nem o prejudica.

Art.299 Ao autuado e ao autuante será permitido, sucessivamente, reinquirir as testemunhas, do mesmo modo, ao impugnador e ao impugnado, nas reclamações contra lançamento.

Art.300 O autuado e o impugnador poderão participar das diligências e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do termo da diligência para serem apreciadas no julgamento.

Art.301 Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Pública ou em depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários.

Art.302 Perempto o direito de apresentar defesa ou encerradas as diligências e/ou produção de provas ou o processo será encaminhado à autoridade julgadora que proferirá decisão no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º A autoridade não fixa adstrita às alegações das partes devendo julgar de acordo com a sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 2º Se não considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas a serem realizadas no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 3º Verificada a hipótese do Parágrafo anterior a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias para proferir decisão.

Art.303 A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência e improcedência do auto ou da impugnação ao lançamento, definindo expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

Art.304 Sendo proferida decisão no prazo legal nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto ou improcedente a impugnação ao lançamento, cessando com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Art.305 São definitivas as decisões de primeira instância uma vez esgotado o prazo legal determinado no Artigo 316 para interposição de recurso, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

SEÇÃO IV

SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art.306 Das decisões de primeira instância caberá recurso para instância administrativa superior:

I – Voluntários, quando requerido pelo sujeito passivo, no prazo de 20 (vinte) dias à contar da notificação do despacho quando a ele contrário no todo ou em parte.

II – De ofício, a ser obrigatoriamente interposto, pela autoridade julgadora, imediatamente e no próprio despacho quando contrário, no todo ou em parte, ao

Município, desde que a importância em litígio exceda a 5 (cinco) Unidades Fiscal do Município (UFM).

§ 1º Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício quando couber a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo ou que do fato tomar conhecimento interpor recurso, em petição encaminhada em nome daquela autoridade.

§ 2º Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

Art.307 Só serão admitidas na segunda instância diligências de ofício ou apresentação de fato novo pelo autuado ou impugnador a serem realizadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art.308 A decisão na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados na data do recebimento do processo, ou do término da diligência ou da apresentação do fato novo.

Parágrafo único. Decorrido o prazo definido neste Artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados, a favor da Administração, juros e atualização monetária a partir desta data.

Art.309 São definitivas, na esfera administrativa, as decisões de segunda instância.

Art.310 A segunda instância administrativa será representada por colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias econômicas e profissionais, com atribuição de decidir, em grau de recurso, as reclamações sobre lançamentos e demais questões tributárias.

Parágrafo único. Na hipótese de não ser constituído o colegiado referido no caput deste Artigo, ou não funcionando por qualquer motivo, será competente para conhecer, em grau de recurso, qualquer decisão a respeito da matéria acima, o Prefeito Municipal.

Art.311 É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

SEÇÃO VI
EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Art.312 As decisões definitivas serão cumpridas:

I – Pela notificação do contribuinte e, quando for o caso, também do seu fiador, para no caso de 10 (dez) dias satisfazerem o pagamento do valor da condenação.

II – Pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;

III – Pela notificação do contribuinte para vir receber o quando for o caso pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância;

IV – Pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas ou pela restituição dos produtos de sua venda se houver ocorrido alienação, com fundamento no Artigo 301 e seus Parágrafos.

V – Pela imediata inscrição como dívida ativa e consequente remessa de certidão à cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos I e III, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Art. 313. Os contribuintes sujeitos ao imposto são obrigados a:

I – Manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados;

II – Emitir notas fiscais dos serviços prestados, ou outro documento exigido pelo Fisco, por ocasião da prestação de serviços e podem ser eletrônico e enviando por endereço eletrônico, confirmado o recebimento dos livros pelo

profissional do fisco municipal o protocolo de recebimento será emitido também por meio eletrônico de dados.

§ 1°. O regulamento disporá sobre a dispensa da manutenção de determinados livros e documentos, tendo em vista a natureza dos serviços.

§ 2°. Os prestadores de serviços ficam obrigados a inscrever na nota de prestação de serviços a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISS.

Art. 314. Os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos, a serem obrigatoriamente utilizados pelos contribuintes, serão definidos em regulamento.

SEÇÃO XII

Do Procedimento Fiscal Relativo ao Imposto Sobre Serviços

Art. 315. O procedimento fiscal relativo ao Imposto Sobre Serviços terá início com:

I – A lavratura do termo de início de fiscalização;

II – A intimação de apresentação de documento;

III – A Intimação será aceita também pelo meio eletrônico, apresentando o endereço eletrônico do contribuinte, e será considerado como ciente a visualização da intimação encaminhada pelo sujeito passivo ao sujeito ativo pelo meio eletrônico de dados quando se tratar da emissão do lançamento de ofício IDNR e AINR.

IV – A lavratura do auto de infração, será quando houve lançamento de ofício por arbitramento, ou por dolo;

V – A lavratura de termos de apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais;

VI – A prática, pela Administração, de qualquer ato tendente à apuração do crédito tributário ou do cumprimento de obrigações acessórias, cientificando o contribuinte.

§ 1°. O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo, desde que devidamente intimado, em relação aos atos acima e, independentemente da intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

§ 2°. O ato referido no inciso I valerá por 90 (noventa) dias, prorrogável por até mais 2 (dois) períodos sucessivos, com qualquer ato escrito que indique o prosseguimento da fiscalização.

§ 3°. – Falta de assinatura do contribuinte na intimação, implica na intimação por edital publicado no Diário Oficial do Município, após, a publicação e a espera publicada por 5 (cinco) dias, deverá ser levantado o débito, inscrito em dívida ativa, e novamente faz a intimação por AR no diário oficial do município, após 48 (quarenta e oito horas da intimação, será levado a protesto no cartório de Protesto.

§ 4°. A exigência do crédito tributário, inclusive multas, será formalizada em intimação de lançamento ou auto de infração, que conterão os requisitos especificados nesta Lei.

SEÇÃO XIII

Da Retenção do ISS

Art. 316. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será retido na fonte pelo tomador dos serviços prestados por profissional autônomo ou empresa, inscrito ou não no Cadastro Econômico Fiscal, sendo responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do imposto os seguintes tomadores:

I – Os órgãos da Administração Direta da União, Estado e do Município, bem como suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídos pelo Poder Público estabelecidos ou sediados no Município;

II – Estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central;

III – Empresas de rádio, televisão e jornal;

IV – Incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, quanto a todos e quaisquer serviços relacionados com a obra;

V – Todo tomador que realizar o pagamento do serviço sem a correspondente nota fiscal dos serviços prestados;

VI – Todo tomador que contratar serviços prestados por autônomo ou empresas que não forem inscritos no Município como contribuintes do ISS.

§ 1º. Ficam excluídos da retenção, a que se refere este artigo, os serviços prestados por profissional autônomo que comprovar a inscrição no Cadastro de Contribuinte de qualquer Município, cujo regime de recolhimento do ISS seja fixo mensal.

§ 2º. No caso deste artigo, se a fonte pagadora comprovar que o prestador já recolheu o imposto devido pela prestação dos serviços, cessará a responsabilidade da fonte pelo pagamento do imposto.

Art. 317. Os tomadores de serviços que realizarem a retenção do ISS, fornecerão ao prestador de serviço recibo de retenção na fonte do valor do imposto e ficam obrigados a enviar à Fazenda Municipal as informações, objeto da retenção do ISS, no prazo estipulado em regulamento.

Art. 318. Os contribuintes do ISS registrarão, no livro de registro de notas fiscais de serviços prestados ou nos demais controles de pagamento, os valores que lhe foram retidos na fonte pagadora, tendo por documento hábil o recibo a que se refere o artigo anterior.

SEÇÃO XIV

Da Inscrição no Cadastro Econômico Fiscal

Art. 319 Todas as pessoas físicas ou jurídicas com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes da lista de serviços prevista nesta Lei, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro Econômico Fiscal do Município.

Art. 320 As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsáveis no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam sua aceitação pela Fazenda Municipal, que as deverá rever a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

§1º A inscrição, alteração ou retificação de ofício não exime o infrator das multas cabíveis.

§2º A obrigatoriedade da inscrição se estende às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Art. 321 Ficam instituídas no Município, a Declaração de Operações com Cartões de Crédito, Débito e Similares – DECRED, a Declaração de Operações de Serviços Bancários – DESB, e a Declaração de Operações de Serviços Cartorários – DESC, cuja apresentação é obrigatória para as credenciadoras de cartões de crédito, débito e similares, para instituições financeiras e equiparadas cujos serviços prestados se encontrem na lista de que trata o **Anexo I** desta Lei.

§1º. O valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS declarado à Administração Tributária pelo contribuinte por meio das declarações tratadas no ***caput*** deste artigo, e não pago, ou pago a menor, constitui confissão de dívida e equivale à constituição de crédito tributário, dispensando, para esse efeito, qualquer outra providência por parte da Administração Tributária para a sua cobrança.

§2º. O imposto confessado, na forma do ***caput*** deste artigo, será objeto de cobrança e inscrição em Dívida Ativa do Município, independentemente da realização de procedimento fiscal externo e sem prejuízo da revisão posterior do

lançamento pela autoridade fiscal competente e da aplicação das penalidades legais cabíveis, se for o caso.

§3º credenciadoras de cartões de crédito, débito e similares deverão informar à Secretaria Municipal de Finanças, através da Declaração de Operações com Cartões de Crédito, Débito e Similares – DECRED, as operações e/ou transações realizadas por meio de cartões de crédito, débito e similares junto aos estabelecimentos credenciados, pessoas físicas ou jurídicas sediadas na circunscrição do Município.

§4º As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, cujos serviços prestados se encontrem na lista de que trata o **Anexo I** desta Lei, deverão informar à Secretaria Municipal de Finanças, por meio da Declaração de Operações de Serviços Bancários – DESB, as operações e/ou transações passíveis de tributação, realizadas com pessoas físicas ou jurídicas sediadas na circunscrição do Município.

§5º. As Declarações acima tratadas, deverão ser apresentadas, em meio digital, mediante utilização de aplicativo a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Finanças na internet, em periodicidade mensal, conforme especificações aprovadas em Regulamento, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação da presente Lei Complementar.

§6º. A declaração que se refere caput deste artigo, deverá ser apresentada em meio magnético até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao mês em referência

Art. 330 O contribuinte é obrigado a comunicar o encerramento ou a paralisação da atividade no prazo e na forma do regulamento.

Art. 331 É facultado à Fazenda Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante intimação, fiscalização e convocação por edital dos contribuintes.

TITULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 332 Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º Os prazos serão contínuos, excluído no seu cômputo o dia do início e incluído o do vencimento.

§ 2º Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Prefeitura ou estabelecimento de crédito, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil seguinte.

Art. 333 Fica o Prefeito Municipal autorizado a baixar preços públicos para obter o ressarcimento de prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas fiscais.

Parágrafo único. Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cumprir os respectivos custos e serão reajustados quando se tornarem deficitários.

Art. 334 Considera-se integradas à presente Lei as tabelas dos anexos I a IV que acompanham.

Art. 335 Fica instituída a Unidade Fiscal do Município (UFM), no valor de R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), para o cálculo das taxas e das penalidades pecuniárias e para adoção dos procedimentos da administração tributária a ela relacionados, cujo valor será atualizado mensalmente, em janeiro de cada exercício seguinte, por meio de Portaria de acordo com os índices oficiais de correção monetária adotados pela administração e definidos em regulamento.

Art. 336. Esta Lei será regulamentada, no que couber, por Decreto do Executivo Municipal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua vigência.

Art. 337 Esta Lei entrará em vigor a partir de 30 de março de 2023, revogando a Lei Complementar Municipal nº 017/2005 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TUPIRAMA – ESTADO DO TOCANTINS, aos 29 dias do mês de dezembro do ano de 2022.

Ormando Brito Alves
Prefeito Municipal

ORMANDO BRITO ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DE TUPIRAMA
FAZENDO A DIFERENÇA
ADM 2021 2024

ANEXO I

PLANTA GENÉRICA DE VALORES

VALORES UNITÁRIOS DE METROS QUADRADOS

I - LOTE URBANO NÃO EDIFICADO:

a- Setores Serrinha, Novo Horizonte, Nova Tupirama, Pacífico Silva e Recanto do Lago:

Valor R$ 21,48 (vinte e um reais e quarenta e oito centavos) o m^2 (metro quadrado).

b- Setor Centrai:

Valor R$ 32,55 (trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) o m^2 (metro quadrado).

c- Outros Setores:

Valor R$ - 16,28 (dezesseis reais e vinte e oito centavos) o m^2 (metro quadrado).

II - LOTE URBANO EDIFICADO:

I- Setores Serrinha, Novo Horizonte, Nova Tupirama, Pacífico Silva e Recanto do Lago:

a- Casa Padrão Simples:

Valor: R$ 130,20 (cento e trinta reais e vinte centavos) o m^2 (metro quadrado).

b- Casa Padrão médio (Acabamento completo, cerâmica e forro):

Valor: R$ 227,85 (duzentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos) o m^2 (metro quadrado).

c- Casa Padrão Alto (Laje, forro e acabamento de primeira linha):

Valor: R$ 325,51 (trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos) o m^2 (metro quadrado).

III - SETOR CENTRAL:

a- Casa Padrão Simples:

Valor: R$ 195,30 (cento e noventa e cinco reais e trinta centavos) o m^2 (metro quadrado).

b- Casa Padrão Médio (Acabamento complèto, cerâmica e forro):
Valor R$ 227,85 (duzentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos) o m^2 (metro quadrado).

c- Casa Padrão Alto (Laje, forro e acabamento primeira linha):
Valor: R$ 325,51 (trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos) o m^2 (metro quadrado).

IV - OUTROS SETORES:

Valor: R$ 97,65 (noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos) o m^2 (metro quadrado).

V - CHÁCARA NA ÁREA URBANA:
Valor: R$-10,42 (dez reais e quarenta e oito centavos) o m^2 (metro quadrado) para área de até 5.000 m^2 (cinco mil metros quadrado).

Valor: R$ 7,81 (sete reais e oitenta e um centavos) o m^2 (metro quadrado) para área de 5,001 m^2 (cinco mil e um metros quadrados) até 10.000 (dez mil metros quadrado).

Valor: R$ 5,21 (cinco reais e vinte e um centavos) o m^2 (metro quadrado) para área acima de 10.000 m^2 (dez mil metros quadrados).

VI - CHÁCARA NA ÁREA SUBURBANA: RA-1: SEDE TUPIRAMA
Valor: R$ 13.020,23 (treze mil e vinte reais e vinte e três centavos o hectare).

VII - LOTE RURAL: RA-2: BOM SERÁ; RA-3:RA-3: SÃO JOÃO; RA-4: BARRA TABOCÃO: RA-5: MIRADOR; RA-6: CAMPEIRA; RA-7: PORTEIRA E RA-8: BARRA DA TRANQUEIRA.

a- Terra beneficiada:
Valor: R$ 7.812,14 (sete mil oitocentos e doze reais e quatorze centavos o hectare);

b- Terra bruta mecanizável:
Valor: R$ 5.208,09/ha (cinco mil duzentos e oito reais e nove centavos o hectare).

c- Terra bruta não mecanizável:
Valor: R$ 3.255,06 (três mil duzentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos).

ANEXO II

TABELA QUE FIXA O VALOR DAS ALÍQUOTAS DE ISS

Código	Descrição dos Serviços	Alíquota %
1	**Serviços de informática e congêneres.**	
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	5
1.02	Programação.	5
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	5
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	5
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	5
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	5

1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	5
2	**Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.**	
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5
3	**Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.**	
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, *stands*, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5
3.04	de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5
4	**Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.**	
4.01	Medicina e biomedicina.	5
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5
4.04	Instrumentação cirúrgica.	5

4.05	Acupuntura.	5
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5
4.07	Serviços farmacêuticos.	5
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5
4.10	Nutrição.	5
4.11	Obstetrícia.	5
4.12	Odontologia.	5
4.13	Ortóptica.	5
4.14	Próteses sob encomenda.	5
4.15	Psicanálise.	5
4.16	Psicologia.	5
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	5
4.18	Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.	5
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	5
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5
5	**Serviços de medicina e assistência veterinária e**	

	congêneres.	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	5
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	5
5.04	Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.	5
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5
6	**Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**	
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5
6.05	Centros de emagrecimento, *spa* e congêneres.	5
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	5
7	**Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.**	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil,	5

	hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5
7.04	Demolição.	5
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5
7.08	Calafetação.	5
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5

7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	5
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5
8	**Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**	
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	5
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	5

9	**Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**	
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, *apart-service* condominiais, *flat*, apart-hotéis, hotéis residência, *residence-service*, *suíte service*, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens excursões, hospedagens e congêneres.	5
9.03	Guias de turismo.	5
10	**Serviços de intermediação e congêneres.**	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5
10.02	mobiliários e contratos quaisquer.	5
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (*leasing*), de franquia (*franchising*) e de faturização (*factoring*).	5
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5
10.06	agenciamento marítimo.	5
10.07	Agenciamento de notícias.	5
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5

10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	5
11	**Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5
12	**Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**	
12.01	Espetáculos teatrais.	5
12.02	Exibições cinematográficas.	5
12.03	Espetáculos circenses.	5
12.04	Programas de auditório.	5
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5
12.06	Boates, *taxi-dancing* e congêneres.	5
12.07	*Shows*, *ballet*, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5
12.10	Corridas e competições de animais.	5
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5
12.12	Execução de música.	5
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, *shows*, *ballet*, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5

12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, *shows*, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5
13	**Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**	
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	5
14	**Serviços relativos a bens de terceiros.**	
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de quaisquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5

14.02	Assistência Técnica.	5
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	5
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5
14.10	Tinturaria e lavanderia.	5
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5
14.12	Funilaria e lanternagem.	5
14.13	Carpintaria e serraiheria.	5
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5
15	**Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5

15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por quaiquer meio ou processo.	5
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5
15.09	Arrendamento mercantil (*leasing*) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao	5

	arrendamento mercantil (*leasing*).	
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços 5relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5

15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5
16	**Serviços de transporte de natureza municipal.**	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	5
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	5
17	**Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.**	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5

17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5
17.08	Franquia (*franchising*).	5
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5
17.13	Leilão e congêneres.	5
17.14	Advocacia.	5
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5
17.16	Auditoria.	5
17.17	Análise de Organização e Métodos.	5
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5
17.21	Estatística.	5
17.22	Cobrança em geral.	5
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (*factoring*).	5
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5

17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	5
18	**Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5
19	**Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5
20	**Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviarios e metroviarios.**	
20.1	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5

20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5
21	**Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5
22	**Serviços de exploração de rodovia.**	
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5
23	**Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5
24	**Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, *banners*, adesivos e congêneres.**	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, *banners*, adesivos e congêneres.	5
25	**Serviços funerários.**	

25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5
25.03	Planos ou convênio funerários.	5
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5
26	**Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; *courrier* e congêneres.**	
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; *courrier* e congêneres.	5
27	**Serviços de assistência social.**	
27.01	Serviços de assistência social.	5
28	**Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5
29	**Serviços de biblioteconomia.**	
29.01	Serviços de biblioteconomia.	5
30	**Serviços de biologia, biotecnologia e química.**	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5
31	**Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5
32	**Serviços de desenhos técnicos.**	

32.01	Serviços de desenhos técnicos.	5
33	**Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**	
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5
34	**Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5
35	**Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5
36	**Serviços de meteorologia.**	
36.01	Serviços de meteorologia.	5
37	**Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5
38	**Serviços de museologia.**	
38.01	Serviços de museologia.	5
39	**Serviços de ourivesaria e lapidação.**	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5
40	**Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**	
40.01	Obras de arte sob encomenda.	5

ANEXO III

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO *"INTER VIVOS"* DE BENS IMÓVEIS

ESPECIFICAÇÃO	% SOBRE VALOR VENAL
Nas transmissões compreendidas a Programa de Habitação de Interesse Social: 1.1 Na primeira transmissão do imóvel 1.2 Nas demais transmissão do imóvel	 3,00% 3,00%
Nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação: 2.1 Sobre o valor efetivamente financiado 2.2 Sobre o valor restante do financiamento	 3,00% 3,00%
Nas demais transmissões na Zona Urbana	3,00%
Nas transmissões na Zona Rural	3,00%

ANEXO IV

TABELA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO ESPECIAL

	UFIR
Por box, por mês ou fração	50,00
Promotores do evento, por mês ou fração.	200,00

TABELA DA TAXA DE FUNCIONAMENTO REGULAR

	UFIR
1- Estabelecimentos de crédito, financiamento e investimentos.	300,00
2- Ind. de extração	300,00
3- Fabrica de refrigerantes	150,00
4- Cerâmica e artefatos de cimento	150,00
5- Ind. de móveis de madeiras	120,00
6- Fábrica de Esquadrias	120,00
7- Fabrica de bebidas em geral	120,00
8- Serralheria ou funilaria	100,00
9- Serraria, marcenaria ou carpintaria.	120,00
10- Outros estabelecimentos de indústria ou profissão	120,00
11- Depósito de cigarros	150,00
12- Depósito de bebidas	120,00
13- Depósito de gases liquefeito, esp. ou similares	60,00
14- Deposito de ração e adubos químicos	120,00
15- Depósito de gêneros alimentícios	120,00
16- Depósito de madeiras	120,00
17- Outros Depósitos	120,00
18- Supermercados	150,00
19- Agencias de veículos motorizados:	
a)- com concessão	150,00
b)- sem concessão	120,00
20- Magazines, assim entendidos, os estabelecimentosrevendedoras de pelo menos três dos seguintes grupos de produtos:	120,00
a)- Calçados	
b)- Confecções	
c)- Plásticos	

d)- Móveis	
e)- Eletrodomésticos	
21- Super lojas, assim entendido, os estabelecimentos revendedores de pelo menos três dos seguintes grupos de produtos:	120,00
a)- Eletrodomésticos	
b)- Artigos	
c)- Móveis	
d)- Materiais de construção e/ou brinquedos	
22- Lojas de peças e acessórios de veículos	120,00
23- Lojas de material de construção	120,00
24- Lojas de tecidos e confecções:	
a)- até três atendentes	60,00
b)- com mais de três atendentes	120,00
25- Loja de confecções	60,00
26- Armarinhos	60,00
27- Perfumarias	60,00
28- Farmácias e Drogarias	120,00
29- Lojas de Calçados	60,00
30- Livraria e Papelaria	60,00
31- Padaria e confeitaria	60,00
32- Joalheria e ótica	120,00
33- Tabacaria	60,00
34- Açougue	60,00
35- Restaurante e Churrascaria	60,00
36- Bares, Sorveteria e Lanchonetes.	60,00
37- Loja de artigos fotográficos	60,00
38- Loja de artigos de caça e pesca	60,00
39- Botequim, assim entendido, o pequeno estabelecimento que se caracteriza por vendas de bebidas e aperitivos.	30,00
40- Armazém, assim entendido, estabelecimento que se caracteriza pela venda de cereais e enlatados a varejo.	30,00
41- Loja de discos	60,00
42- Loja de revistas e jornais	60,00
43- Vidraçarias	60,00
44- Moageiras	60,00
45- Loja de Moveis	60,00
46- Loja de Bicicletas	60,00
47- Cooperativa de qualquer natureza	120,00
48- Outros estabelecimentos comerciais	60,00
49- Postos de venda de combustíveis para veículos:	

a)- Sem box para lavagem e lubrificação: por bomba	30,00
b)- Com box para lavagem e lubrificação:	
por bomba	15,00
por Box	15,00
50- Laboratórios, consultórios e escritórios de profissionais liberais de nível universitário.	60,00
51- Escritórios de profissionais autônomos, cantadores, corretores, despachantes e mediadores de negócios em geral.	60,00
52- Casas lotéricas	60,00
53- Casas lotéricas e comércio em geral	60,00
54- Tipografias e papelarias	60,00
55- Alfaiatarias	60,00
56- Barbearias:	
a)- com uma cadeira	30,00
b)- com duas ou mais cadeiras	60,00
57- Hotéis, pensões e similares:	
a)- Luxo - classificação Embratur	150,00
b)- Confortável - bom estado de conservação apart.com suíte	60,00
58- Oficinas de concertos de veículos	60,00
59- Oficinas de lanternagens e pinturas	60,00
60- Oficinas de concertos de material eletrodomésticos	60,00
61- Oficinas de concertos e vendas de relógios e jóias	60,00
62- Oficina de concertos de calçados	30,00
63- Outras oficinas de concertos	60,00
64- Garagem e estacionamentos	60,00
65- Cinemas	60,00
66- Restaurantes dançantes, boates e similares.	120,00
67- Salão de bilhar	60,00
68- Auto escola	60,00
69- Outras diversões públicas	60,00
70 – Ind. De beneficiamento de madeiras	130,00
71 – Concessionárias de veículos	300,00
72 – Escola de ensino fundamental	60,00
73 – Curso de idiomas, informática, academias e outros do gênero.	60,00
74- Outros estabelecimentos de prestação de serviços	60,00

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIOS ESPECIAIS, ANTECIPAÇÃO OU PRORROGAÇÃO

	UFIR
1- Estabelecimentos industriais, bancários e osque vendam mercadorias por atacado, por hora.	8,00
2- Estabelecimentos que explorem comércio evarejo, de modo geral, por hora.	4,00
3- Estabelecimentos que explorem exclusiva e permanentes prestação de serviços, por hora.	2,00

TABELA TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO COMÉRCIO EVENTUAL EAMBULANTE

	UFIR		
	Dia	**Mês**	**Ano**
1- Comércio ou atividade eventual ou ambulante	2,00	10,00	50,00
2- Comércio ou atividade de ambulantes com veículos automotores	10,00	20,00	120,00

	UFIR
1- Pavimento térreo por metro quadrado	0,20
2- Pavimento superior por metro quadrado	0,10
3- Aprovação de projeto em substituição p/m2	0,10
4- Aprovação de projeto em substituição p/m2acrescido	0,30
5- Aprovação do projeto de reforma p/m2	0,10
6- Aprovação de projeto para casa popular, taxa única por metro quadrado, inclusive visto deconclusão, "Habite-se" e uma vistoria.	0,05
7- Vistoria para efeito de visto de conclusão ouparcial	5,00

CONSTRUÇÃO COM MAIS DE DOIS PAVIMENTOS

8- Do pavimento térreo por metro quadrado	0,20
9- Dos demais pavimentos por metro quadrado	0,10
10- Aprovação de projeto em subst.: por metrosquadrados	0,10
11- Vistoria de "Habite-se"	5,00
12- Aprovação de projeto de reforma por metros quadrados	0,20

ALVARÁS DE DEMOLIÇÃO

13-Da construção no alinhamento por metro quadrado	**0,20**
14- Da construção recuada por metro quadrado	**0,10**

DIVERSOS

15- Rebaixamento de guias por metro linear	0,10
16- Alvará para construção de andaimes e tapumes por metro linear por trimestre	0,20

LOTEAMENTOS

17- Por lote	5,00
18- Arruamento por quadra	0,30

TABELA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA

	DIA	MÊS	ANO
	UFIR	UFIR	UFIR
1- Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, desde que visíveis de qualquer via ou logradouro público por unidade.	0,55	11,00	22,00
2- Serviços de alto falante porunidade	0,55	5,50	44,00
3- Anuncio de exterior de veículos por unidade	0,55	5,50	22,00
4- Anuncio e abrigo ou estação de transporte por m² ou fração	--	11,00	33,00
5- Propaganda focalizada em telas do cinemas por anunciante	--	11,00	55,00
6- Propaganda não especificadanessa tabela	0,22	16,50	66,00

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA
"FAZENDO A DIFERENÇA"
ADM 2021 – 2024

TABELA TAXAS DIVERSAS

	UFIR
a) Protocolo	3,00
b) por página	3,00
c) por página ou fração excedente	2,00
d) buscas por ano	3,00
e) baixas de Qualquer natureza em lançamentos ou registros	2,00
f) baixa de inscrição cadastral de pessoa física	10,00
g) baixa de inscrição cadastral para pessoa jurídica ou a equiparados	20,00
h) termos e registros de qualquer natureza, lavrados em livros municipais página de livro ou fração.	1,00
i) anotação da transmissão no cadastro imobiliário	4,00

TABELA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

1- Liberação de bens apreendidos ou depositados:

	UFIR
a)- de bens e mercadorias	15,00
b)- de cães, por cabeça.	15,00
c)- de outros animais	25,00
d)- depósito de grande animais, por dia, mais custo de manutenção.	5,50
e)- depósito de coisas, por dia.	5,50

1- ALINHAMENTO, NIVELAMENTO E DEMARCAÇÃO:

a) por lote ou terreno até 600 m2	22,00
b) por lote ou terreno acima de 600 m2	44,00
c) requerimento, petições e demais papeis.	3,00
d) alvarás de qualquer natureza	5,00

3 – EMBARQUE

a) Passageiro	0,30

4 – DIVERSOS

a) remoção de entulhos abandonados em via pública por viagem de veículo	30,00

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TUPIRAMA – ESTADO DO TOCANTINS, aos 29 dias do mês de dezembro do ano de 2022.

ORMANDO BRITO ALVES
PREFEITO

PREFEITURA DE TUPIRAMA